ATA N.º 5/2015

Aos nove dias do mês de dezembro de dois mil e quinze, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Chaves, no Auditório do Centro Cultural, pelas 14,00 horas, com a seguinte ordem de trabalhos:

PONTO 2 - LEI Nº8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO – LEI DOS COMPROMISSOS E DOS PAGAMENTOS EM ATRASO. LISTAGEM DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS ASSUMIDOS AO ABRIGO DA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA CONCEDIDA PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, EM SUA SESSÃO ORDINÁRIA, NO DIA 17 DE DEZEMBRO DE 2014. INFORMAÇÃO Nº41/SC/2015. **Para conhecimento;**

PONTO 3 - "PAEL – PROGRAMA DE APOIO À ECONOMIA LOCAL. – MONITORIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO - 3º TRIMESTRE DE 2015. INFORMAÇÃO Nº58/DGF/2015. **Para conhecimento**;

PONTO 4 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUDITORIA FINANCEIRA. INFORMAÇÃO Nº39/SC/2015;

PONTO 5 – PROPOSTA DE APROVAÇÃO DE MINUTA DE ACORDO DE TRANSAÇÃO E DE CONTRATOS DE CEDÊNCIA DE INFRAESTRUTURAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS, A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE CHAVES E A SOCIEDADE "ÁGUAS DO NORTE, S.A.". PROPOSTA Nº 120/GAP/2015;

PONTO 6 – EXERCÍCIO DO DIREITO DE OPÇÃO DE VENDA DAS AÇÕES DETIDAS PELO MUNICÍPIO DE CHAVES NA SOCIEDADE "ÁGUAS DO NORTE, S.A."; - ARTIGOS 30º E 31º, DO DECRETO-LEI N.º 93/2015, DE 29 DE MAIO. PROPOSTA Nº. 122/GAP/15;

PONTO 7 - APROVAÇÃO DOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA O ANO DE 2016. APROVAÇÃO DO MAPA DE PESSOAL, AO ABRIGO DA LEI 12-A/2008, DE 27 DE FEVEREIRO. - VERSÃO DEFINITIVA. PROPOSTA Nº 125/GAP/2015;

PONTO 8 - CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE CURTO PRAZO-EXERCÍCIO ECONÓMICO DE 2016 RELATÓRIO FINAL DE ANÁLISE DAS PROPOSTAS. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 57/DGF/2015;

PONTO 9 - CELEBRAÇÃO DE CONTRATO-PROGRAMA ENTRE O MUNICÍPIO DE CHAVES E A EHATB-EMPREENDIMENTOS HIDROELÉTRICOS DO ALTO E BARROSO, S.A – ANO 2016. PROPOSTA Nº 124/GAP/15;

PONTO 10 - CONVERSÃO EM ZONA EMPRESARIAL RESPONSÁVEL (ZER) – CONSTITUIÇÃO DA ENTIDADE GESTORA DE ZER. INFORMAÇÃO Nº 76/DAF/AMB/15;

PONTO 11 - MASTERPLAN DO CENTRO HISTÓRICO DE CHAVES- PROPOSTA DE APROVAÇÃO FINAL DO PROJETO DA OPERAÇÃO DE REABILITAÇÃO URBANA DO CENTRO HISTÓRICO DE CHAVES E PONDERAÇÃO E DIVULGAÇÃO DA DISCUSSÃO PÚBLICA - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE SALVAGUARDA DO CENTRO HISTÓRICO, DE 23.11.2015;

PONTO 12 - CONCURSO PÚBLICO PARA CONSTITUIÇÃO DE DIREITO DE SUPERFÍCIE DESTINADO À CONCEÇÃO, CONSTRUÇÃO, EXPLORAÇÃO E MANUTENÇÃO DE UM "PARQUE DESPORTIVO", EM FORTES, UNIÃO DAS FREGUESIAS DE SANTA CRUZ/TRINDADE E SANJURGE, CONCELHO DE CHAVES. PROPOSTA Nª 128/GAP/2015;

PONTO 13 - APROVAÇÃO DA MATRIZ DE CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETENCIAS A CELEBRAR ENTRE MUNICIPIO DE CHAVES E A FREGUESIA DE CURALHA – PROPOSTA 116/GAP/15;

PONTO 14 - APROVAÇÃO DE MATRIZ DE CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE CHAVES E A FREGUESIA DE MADALENA E SAMAIÕES. PROPOSTA N.º 129/GAP/2015.

PONTO 15 – CERTIDÃO DE REABILITAÇÃO PARA EFEITOS DE ISENÇÃO DO IMI AO ABRIGO DO ART.º 71 DO EBF - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE SALVAGUARDA DO CENTRO HISTÓRICO, DO ENGº PAULO JORGE BRANCO, DE 18.09.2015.

PONTO 16 **-** REABILITAÇÃO PARA EFEITOS DE ISENÇÃO DE IMT AO ABRIGO DE ARTº 45º DO EBF – REQUERENTE: ALBINO FONTOURA DA CUNHA – PROCESSO 200/14 – REQUERIMENTO 1682/15 - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE SALVAGUARDA DO CENTRO HISTÓRICO, DE 03.11.2015;

PONTO 17 **-** CERTIDÃO DE REABILITAÇÃO PARA EFEITOS DE ISENÇÃO DE IMT AO ABRIGO DE ARTº 45º DO EBF- REQUERENTE: RUI JORGE DE OLIVEIRA SARMENTO – PROCESSO 356/11 – REQUERIMENTO 627/15 - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE SALVAGUARDA DO CENTRO HISTÓRICO, DE 17.11.2015;

PONTO 18 - CERTIDÃO DE REABILITAÇÃO PARA EFEITOS DE ISENÇÃO DO IMI E IRS AO ABRIGO DE ARTº 71º DO EBF – REQUERENTE: RUI JORGE DE OLIVEIRA SARMENTO – PROCESSO 356/11 – REQUERIMENTO 628/15 - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE SALVAGUARDA DO CENTRO HISTÓRICO, DE 20.11.2015;

PONTO 19 - PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁCTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCECIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO. REQUERENTE: ROSALINA CONCEIÇÃO ALVES. MORADA: ESTRADA DAS ANTAS – LUGAR DO RONCAL N.º 35 | OUTEIRO SECO - 5400-673 OUTEIRO SECO - PROCESSO N.º 702/15 | REQUERIMENTO N.º 1812/15. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 88/DSC/2015;

PONTO 20 - PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁCTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCECIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO. REQUERENTE: ANSELMO MOSQUEIRA BISPO. MORADA: RUA DO OUTEIRO N.º 4 | AMOINHA VELHA-5400-647 NOGUEIRA DA MONTANHA - PROCESSO N.º /15 | REQUERIMENTO N.º 1759/15. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 89/DSC/2015.

PONTO 21 - PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁCTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCECIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO. REQUERENTE: DIOGO DA SILVA BARREIRA. MORADA: LUGAR DA LAMEIRA| MAÇOS. 5400-651

NOGUEIRA DA MONTANHA. PROCESSO N.º 722/15/ REQUERIMENTO N.º 1809/15. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 90/DSC/2015;

PONTO 22 - PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁCTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCECIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO. REQUERENTE: MARIA MACHADO LISBOA GONÇALVES. MORADA: RUA DOS GATOS N.º 5 | SAMAIÕES. 5400-574 UNIÃO DAS FREGUESIAS DA MADALENA E SAMAIÕES. PROCESSO N.º 727/15 | REQUERIMENTO N.º 1821/15. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 91/DSC/2015.

PONTO 23 - PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁCTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCECIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO. REQUERENTE: ALBERTINA MARIA TEIXEIRA FERREIRA. MORADA: ESTRADA DA BARRAGEM N.º 6 | NOGUEIRINHAS. 5400-745 SANTO ANTÓNIO DE MONFORTE. PROCESSO N.º 729/15 | REQUERIMENTO N.º 1823/15. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 92/DSC/2015.

PONTO 24 - PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁCTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCECIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO. REQUERENTE: ALEXANDRE GOMES FERNANDES CHAVES. MORADA: LARGO S. DOS AFLITOS N.º 6 | CASA DE MONFORTE. 5400-604 ÁGUAS FRIAS. PROCESSO N.º 730/15 | REQUERIMENTO N.º 1816/15. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 93/DSC/ 2015;

PONTO 25 - PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁCTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCECIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO. REQUERENTE: MARIA DE FÁTIMA MACHADO DOS SANTOS SILVA. MORADA: RUA ALTO DA FONTE N.º 10 | VILA FRADE. 5400-637 LAMADARCOS. PROCESSO N.º 731/15 | REQUERIMENTO N.º 1827/15.INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 94/DSC/2015;

PONTO 26 - PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁCTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCECIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO. REQUERENTE: AMÉRICO DIAS DE SOUSA. MORADA: RUA COMENDADOR BRANHA FONTOURA N.º 56 | ANELHE. 5400-011 ANELHE. PROCESSO N.º 733/15 | REQUERIMENTO N.º 1829/15. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 95/DSC/2015;

PONTO 27 - PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁCTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCECIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES

ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO. REQUERENTE: JORGE TEIXEIRA LAMEIRAS. MORADA: RUA CENTRAL N.º 6 | SANDOMIL. 5400-653 NOGUEIRA DA MONTANHA. PROCESSO N.º 734/15 | REQUERIMENTO N.º 1830/15. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 96/DSC/2015;

PONTO 28 - PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁCTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCECIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO. REQUERENTE: EUFRÁSIA BARROSO BARRIGAS ALMEIDA. MORADA: ESTRADA NACIONAL 311 N.º 12 | SOUTO VELHO. 5400-013 ANELHE. PROCESSO N.º 736/15 | REQUERIMENTO N.º 1833/15. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 97/DSC/2015;

PONTO 29 - PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁCTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCECIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO. REQUERENTE: LEONILDE RODRIGUES DOS SANTOS. MORADA: RUA PRINCIPAL N.º 8 | ORJAIS. 5400-772 S. VICENTE DA RAIA. PROCESSO N.º 737/15 | REQUERIMENTO N.º 1835/15. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 98/DSC/2015;

PONTO 30 - PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁCTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCECIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO. REQUERENTE: ROGÉRIO FERNANDES VALPAÇOS. MORADA: BAIRRO DO CASTELO | MAÇOS. 5400-651 NOGUEIRA DA MONTANHA. PROCESSO N.º 738/15 | REQUERIMENTO N.º 1837/15. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 99/DSC/2015;

PONTO 31 - PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁCTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCECIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO. REQUERENTE: AUGUSTA DA CONCEIÇÃO LAGE TAVEIRA FERNANDES. MORADA: RUA 15 DE MAIO N.º 10 | CAPELUDOS. 5400-648 NOGUEIRA DA MONTANHA. PROCESSO N.º 762/15 | REQUERIMENTO N.º 1875/15.INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 100/DSC/2015;

PONTO 32 - PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁCTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCECIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO. REQUERENTE: CÂNDIDO PIRES MORGADO. MORADA: RUA DE CIMA N.º 4 | MAÇOS. 5400-651 NOGUEIRA DA MONTANHA. PROCESSO N.º 739/15 | REQUERIMENTO N.º 1841/15. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 101/DSC/2015;

PONTO 33 - PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁCTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCECIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO. REQUERENTE: MARIA VITÓRIA DE JESUS CALHEIAS MACHADO. MORADA: RUA DIREITA N.º 32 | VENTUZELOS. 5400-763 S. PEDRO DE AGOSTÉM. PROCESSO N.º 740/15 | REQUERIMENTO N.º 1842/15. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 102/2015;

PONTO 34 - PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁCTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCECIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO. REQUERENTE: CARMELINA LOPES MORAIS GONÇALVES. MORADA: TRAVESSA DA RUA DO SOL N.º 35 | CIMO DE VILA DA CASTANHEIRA. 5400-616 CIMO DE VILA DA CASTANHEIRA. PROCESSO N.º 741/15 | REQUERIMENTO N.º 1845/15. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 103/DSC/2015;

PONTO 35 - PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁCTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCECIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO. REQUERENTE: ERMELINDA ROSA FRADE TEIXEIRA PINTO. MORADA: RUA DO SOL N.º 2 | CAPELUDOS DA MONTANHA. 5400-648 NOGUEIRA DA MONTANHA. PROCESSO N.º 742/15 | REQUERIMENTO N.º 1846/15. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 104/DSC/2015;

PONTO 36 - PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁCTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCECIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO. REQUERENTE: GOMESINDO ALEXANDRE FERNANDES CHAVES. MORADA: LARGO SR. DOS AFLITOS| CASAS DE MONFORTE. 5400-604 ÁGUAS FRIAS. PROCESSO N.º 748/15 | REQUERIMENTO N.º 1853/15. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 105/DSC/2015;

PONTO 37 - PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁCTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCECIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO. REQUERENTE: MARIA CLARA SALA SIMÕES CHAVES FERNANDES. MORADA: TRAVESSA DO BONFIM N.º 22 | VIV. AMEAL. 5400-745 STO ANTÓNIO DE MONFORTE. PROCESSO N.º 750/15 | REQUERIMENTO N.º 1855/15. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 106/DSC/2015;

PONTO 38 - PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁCTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCECIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO. REQUERENTE: CÂNDIDO FERNANDES VALPAÇOS. MORADA: RUA DA IGREJA N.º 2 | ASSUREIRAS DO

MEIO. 5400-602 ÁGUAS FRIAS. PROCESSO N.º 751/15 | REQUERIMENTO N.º 1857/15. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 107/DSC/2015;

PONTO 39 - PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁCTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCECIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO. REQUERENTE: FLAVILEITE - SOCIEDADE UNIPESSOAL LDA. RUA 25 DE ABRIL N.º 1 | S. LOURENÇO. 5400-624 UNIÃO DAS FREGUESIAS DE EIRAS, S. JULIÃO DE MONTENEGRO E CELA. PROCESSO N.º 752/15 | REQUERIMENTO N.º 1861/15. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 108/DSC/2015;

PONTO 40 - PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁCTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCECIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO. REQUERENTE: PAULA CRISTIANA FONTES MELO RUA. MORADA: RUA DOS CAMPELOS N.º 6. 5400-750 STO ESTEVÃO. PROCESSO N.º 749/15.| REQUERIMENTO N.º 1854/15. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 109/2015;

PONTO 41 - PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁCTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCECIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO. REQUERENTE: CARLOS NUNO CAPELA. MORADA: AVENIDA DE STO AMARO, ED. PARQUE DOS PRÍNCIPES, BL B 1.º DTO. 5400-055 CHAVES. PROCESSO N.º 760/15 | REQUERIMENTO N.º 1869/15.INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 110/DSC/2015;

PONTO 42 - PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁCTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCECIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO. REQUERENTE: BEATRIZ MORAIS PIRES PROCESSO N.º 378/15 | REQUERIMENTO N.º 1832/15. MORADA: RUA BUENOS AIRES | S. CORNÉLIO - 5400-797 CHAVES. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 114/DSC/2015;

PONTO 43 - PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁCTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCECIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO. REQUERENTE: ANTÓNIO RODRIGUES LAMEIRAS. PROCESSO N.º 725/15 | REQUERIMENTO N.º 1818/15. MORADA: ESTRADA DOS PINHEIROS N.º 2 | CAPELUDOS. 5400-648 NOGUEIRA DA MONTANHA. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 115/DSC/2015;

PONTO 44 - PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁCTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCECIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES

ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO. REQUERENTE: LEVI ORFÃO GONÇALVES. PROCESSO N.º 770/15 | REQUERIMENTO N.º 1891/15. MORADA: RUA 1.º DE MAIO N.º 12B. 5400-616 CIMO DE VILA DA CASTANHEIRA. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 116/DSC/2015;

PONTO 45 - PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁCTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCECIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO. REQUERENTE: MIGUEL ALVES PINTO. MORADA: RUA DE SANTIAGO N.º 34 | CASTELO DE EIRAS.5400-623 UNIÃO DAS FREGUESIAS DE EIRAS, S. JULIÃO E CELA. PROCESSO N.º 771/15 | REQUERIMENTO N.º 1892/DSC/15. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 117/DSC/2015;

PONTO 46 - PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁCTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCECIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO. REQUERENTE: ANA PATRÍCIA NOBRE DA COSTA. MORADA: RUA DE ESPANHA N.º 2 | MAIROS. 5400-640 MAIROS. PROCESSO N.º 777/15 | REQUERIMENTO N.º 1899/15. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 118/DSC/2015;

PONTO 47 - PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁCTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCECIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO. REQUERENTE: JUSTINO GOMES DOS SANTOS. MORADA: ESTRADA PRINCIPAL N.º 8 | AMOINHA VELHA. 5400 – 647 NOGUEIRA DA MONTANHA. PROCESSO N.º 778/15 | REQUERIMENTO N.º 1900/15. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 119/DSC/2015;

PONTO 48 - PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁCTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCECIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO. REQUERENTE: MIGUEL MARTINHO FERNANDES RODRIGUES. MORADA: RUA CENTRAL N.º 22 | REDONDELO. 5400-729 REDONDELO. PROCESSO N.º 779/15 | REQUERIMENTO N.º 1901/15. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 120/DSC/2015;

PONTO 49 - PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁCTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCECIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO. REQUERENTE: ANA MARIA DOS SANTOS GRAÇA. MORADA: ESTRADA PINCIPAL N.º 8 | AVELELAS. 5400-601 AGUAS FRIAS. PROCESSO N.º 775/15 | REQUERIMENTO N.º 1896/15 - INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 121/DSC/2015;

Estiveram presentes 75 dos 79 membros que constituem a Assembleia Municipal

Suspenderam o mandato:

Ana Maria Rodrigues Coelho
Francisco José Gonçalves Oliveira
Maria Clotilde Tomaz
Brigite Raquel Bazenga Vieira T. Gonçalves
José António Trindade Mendes
Faltaram:
Maria Adalgisa Portugal F.S. Babo
Presidente da Junta de Freguesia de Nogueira da Montanha
Presidente da Junta de Freguesia de Santa Leocádia
Presidente da Junta de Freguesia de Vilela do Tâmega

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

O Senhor Presidente da Mesa deu conhecimento da correspondência entrada no Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal, no período decorrido desde a última sessão a qual já tinha sido enviada para os respetivos Grupos Municipais, nomeadamente duas exposições enviadas ao Senhor Ministro da Saúde, sobre a situação do Hospital de Chaves e outra à Senhora Ministra da Justiça sobre o Mapa Judiciária, que leu.

Entrou-se no **Período Antes da Ordem do Dia**

Usaram da palavra os seguintes deputados:

Nuno Vaz Ribeiro do **PS** – cumprimentou os presentes e disse que sendo esta uma agenda de trabalhos muito extensa seria útil que os trabalhos tivessem início logo de manhã para ter tempo de se analisar devidamente todos os assuntos dos pontos em discussão.

Em seguida disse congratular-se pela existência do XXI Governo Constitucional.

"É um governo que vem por fim a uma fase de alguma indecisão relativamente ao que seria a solução para o país e ainda bem que isso aconteceu. É um sinal de mudança, de quebra com o passado e, neste momento, traduz uma nova perspetiva de mudança. Esperemos que 40 anos após o "25 de Abril", tenhamos agora um novo governo capaz de romper mentalidades, romper muros, sobretudo acabar com a ideia de que a esquerda não tem projeto, não tem ideias e não tem capacidade de fazer as soluções que os cidadãos desejam.

Através deste meio quero saudar os dois membros do governo que são oriundos deste concelho. Na área da saúde o Senhor Dr. Manuel Delgado e na área da agricultura o Senhor Eng.º Luís Vieira. Esperamos que tenham na sua mente os particulares problemas deste concelho e desta região.

Este tempo é um tempo de esperança sobretudo para nós, neste concelho. Acabamos de fechar um ciclo de mais de quatro anos em que não se progrediu na saúde, na justiça, na área das acessibilidades e na área social. Também não se progrediu na simplificação e no incentivo à fixação de empresas no interior. Lendo o programa do XXI Governo Constitucional esperamos que novo tempo virá e novas perspetivas serão colocadas em cima da mesa.

Pareceu-me que o Senhor Presidente da Câmara foi muito afoito no envio de comunicações para os novos titulares da justiça e da saúde. Lamentamos que essa mesma rapidez não tenha sido usada nos últimos quatro anos em que não conseguimos concretizar nenhuma das bandeiras que aqui tinham sido desenhadas;

A ULS, os médicos para a urgência, os pediatras. Se mal estávamos na saúde, pior ficámos. E a saúde é uma área importantíssima para as nossas populações. Aliás é uma área em que as questões político-partidárias deviam ficar de lado. Mas a verdade é que não ficaram até hoje e sempre quisemos ter protagonismo. Foi uma Moção aprovada na Assembleia da República, que não foi cumprida, apesar de termos um Presidente, um Primeiro-ministro, um Conselho de Administração e uma Senhora deputada daqui. Nada resultou. Se há área em que, todos em conjunto, temos de ser promotores e incentivadores dessa mudança, é na saúde. Deixemos de nos entreter sobre soluções organizativas, sobre modelos e centremo-nos naquilo que é essencial.

As pessoas não querem conselhos de administração. As pessoas querem cuidados de saúde, respostas diligentes e competentes no que respeita a situações de emergência. Precisamos de fazer mudanças no que respeita à urgência.

E a propósito disso o que aconteceu nos últimos dias foi caricato. Saiu um despacho de desqualificação que para mim foi uma inabilidade política, e o que me preocupa é o que está por detrás desse despacho. Por detrás desse despacho está um relatório técnico feito por uma Comissão e essa Comissão faz dois tipos de análises; analisa a situação existente e a proposta preconizada. O que diz é que temos formalmente uma urgência médico-cirúrgica, mas materialmente temos um Serviço de Urgência Básica. Ficamos todos descansados pelo despacho ter sido corrigido, e pelo ponto de rede da urgência ser uma urgência médico-cirúrgica, mas na prática, materialmente, os meios e recursos alocados a esta urgência são pouco mais de que uma sub. A nossa preocupação é que a urgência possa ser reforçada nas suas competências. Que qualifique um hospital que está desqualificado. Nós, Partido Socialista de Chaves estaremos na linha da frente, como estivemos em 2006 quando se pôs a questão de desqualificar as urgências e, na altura, o Ministro era da nossa cor política. Nessa altura dissemos que pedíamos a demissão de todos os cargos políticos e manifestamo-nos contra a posição do partido. Não vi fazer isso a outros num passado recente.

Para nós a questão da saúde é absolutamente central/essencial. É a cidadania que está em causa porque se não for cumprido o direito fundamental de acesso à saúde é o próprio cidadão que fica em causa, e nós, enquanto estrutura política, estaremos na linha da frente no sentido de que o reforço das competências e dos recursos do Hospital de Chaves, sejam conseguidos. E assinalamos aqui alguns domínios. Queremos o reforço decisivo na urgência, nas consultas externas, que apesar de constarem da Resolução nunca foi cumprido; queremos que o número de consultas, especialmente de primeiras consultas, no serviço de consulta externa das várias especialidades, seja uma realidade em Chaves.

Por outro lado temos também de combater com todos as armas. Lembro-me de quando o Partido Socialista era governo houve aqui uma grande manifestação, mas quando idêntica questão se colocou e o PSD era governo, essa manifestação nunca aconteceu. Esta é uma matéria em que não houve coerência nem posição idêntica. Se não houver uma clarificação na questão da saúde, no Hospital de Chaves, tomaremos todas e quaisquer decisões, inclusivamente, mais uma vez, eu próprio estarei na disposição de pedir a demissão de Presidente da Comissão Política como fiz na altura.

Há também a questão da justiça que é um direito fundamental dos cidadãos. E, na nossa perspetiva a justiça foi mal tratada pelo governo. Nesta matéria não houve consenso; não houve uma ação comum de todas as forças políticas concelhias e distritais porque não conseguimos travar as decisões tomadas. Também a Senhora deputada aqui presente, não conseguiu votar contra as orientações do seu partido e esteve mal neste processo. Quando as questões de Chaves são centrais, como já foram outrora com representantes do Partido Socialista na Assembleia da República, esperava que a sua posição fosse diferente. Esperava que a lógica política partidária e também a distrital, não tivesse vingado neste processo. Espero que no futuro a questão da justiça seja uma bandeira e seja uma questão essencial. Estamos de acordo quanto à proposta. Efetivamente faz todo o sentido que a nível do Alto Tâmega exista um Tribunal de Comarca. Aliás é uma solução que sob o ponto de vista financeiro não será muito exigente. Basta que haja a vontade. Também é certo que para se fazerem estas reformas é preciso tempo e nós entendemos que esse tempo vai existir. No momento certo em que esta questão se colocar e nós vamos coloca-la em cima de mesa, esperamos que todos os deputados, eleitos pelo círculo de Vila Real, sem exceção, estejam do mesmo lado da barricada. Percebo que para alguns deputados de Vila Real seja difícil defender os interesses do concelho de Chaves e do Alto Tâmega, mas têm de o fazer. Se não o fizerem nós tomaremos posições públicas muito muito críticas.

Outra das questões que o último governo PSD/CDS foi incapaz de resolver foram as acessibilidades. Temos uma infraestrutura viária fundamental de acesso ao interior/centro, designadamente ao Porto – estou a falar da A24 - e era suposto que aqui tivesse havido alguma mudança, mas não houve. Temos uma autoestrada com portagens que são das mais caras do país, o que é injusto para uma região que tem um rendimento per capita dos mais baixos do país. A nossa ideia, nesta matéria, também é muito simples. Naturalmente que o princípio da sustentabilidade financeira é fundamental; naturalmente que o partido Socialista quererá que as contas públicas sejam equilibradas, sem censura externa, mas pensamos também ser possível que a política de portagens possa ser revista. Entendemos que a A24, num futuro próximo, possa ter uma redução do preço por quilómetro. Se nós aumentarmos o tráfego nas autoestradas, certamente a receita não irá diminuir. Até sob o ponto de vista da sustentabilidade económica e financeira é possível encontrar outras soluções.

Esperamos também que este governo traga novas medidas na área social; que olhe para os mais pobres e para os mais fracos, que possa repor muitas das prestações sociais que foram abolidas e a nossa espectativa é que este governo possa mostrar que é possível fazer diferente e que é possível mudar o centro da decisão, das finanças e do capital, para o trabalho e para os cidadãos".

Manuel Justino Matos Cunha – CDU – cumprimentou os presentes e manifestou a sua satisfação pelo acordo que foi possível estabelecer entre o Partido Socialista e as diversas forças políticas à sua esquerda.

"Esse acordo permitiu o fim do governo do PSD e do CDS que, na nossa opinião nada fez de bom pela nossa região e fez tanta coisa má pelo país.

São legítimas as espectativas que o governo Socialista possa corresponder aos anseios expressos de mudança e inflexão das políticas. É importante perceber que houve um acordo sobre um núcleo de coisas que são significativas, embora haja

quem argumente que são poucas, sobre as quais há um consenso e um compromisso de serem feitas. É a reposição de alguns feriados que foram eliminados, a redução e eliminação dos cortes da função pública, a reversão das privatizações na área dos transportes e todo um outro conjunto que é público e conhecido.

Estabeleceu-se um segundo ponto muito importante e que é o conjunto de coisas que não se podem fazer. A legislação laboral não pode ser modificada para pior. Não pode haver novas privatizações, não podem ser feitas novas ofensivas contra os direitos dos trabalhadores, não podem ser feitos novos cortes salariais e isso também é muito importante. Tudo o resto é objeto de um processo de negociação, sendo governo o Partido Socialista; é necessário que possa estabelecer convergências e consensos com as forças à sua esquerda.

Da parte do Partido Comunista, como é habitual, podem contar connosco em tudo o que seja positivo. Nós não temos um discurso para o Alto Tâmega, outro para Chaves, outro para o Distrito e outro para o País. Aceitamos tudo o que seja positivo para o País. Reafirmamos o mesmo que dissemos antes. As modificações que tem de ser feitas na área da saúde têm de ser feitas no todo nacional. Sem reinvestir no Serviço Nacional de Saúde, sem eliminar os seus constrangimentos financeiros, sem reapetrechar os Centros de Saúde e os Hospitais com recursos humanos - médicos, enfermeiros, técnicos, pessoal administrativo, e auxiliar. Não há nenhuma solução de gestão da Unidade Hospitalar de Chaves que modifique este trajeto sem uma política para o SNS. E o governo vai ter uma primeira prova de força que é esta primeira epidemia de gripe, em que a urgência do hospital de Chaves já está de novo em situação de rotura. Disse-o antes e digo-o agora. Já há muitos doentes que não têm cama, estão a ser abertos internamentos extra. É preciso que este governo e as administrações hospitalares, se necessário, por indicação formal do governo, implementem, rapidamente, aquilo que não fizeram nos últimos anos; os planos de contingência. Que haja recursos humanos antes dos hospitais entrarem em rotura; que haja mais enfermeiros para os internamentos, que sejam pagas as horas extraordinárias correspondentes se houver trabalho a mais, que não haja falta de reagentes nos laboratórios para que as análises sejam feitas a tempo, que os aparelhos de imagiologia sejam reparados atempadamente para poder haver uma resposta célere. Esse é um aspeto essencial.

Em relação ao ofício que o Senhor Presidente enviou, como é evidente e de esperar, está na altura da Câmara defender o Hospital de Chaves de forma mais visível, publicamente porque agora o governo já é de outra cor. Mas podem contar connosco em tudo o que sejam posições justas e corretas de qualificação do Hospital de Chaves. E se o governo do Partido Socialista entender que a solução é a Unidade Local de Saúde, ressalvando mais uma vez que não é essa a questão essencial, não seremos nós a levantar nenhum obstáculo, conforme dissemos na campanha eleitoral, a nível do distrito.

Ao nível da justiça temos exatamente a mesma posição. Em relação às portagens estamos de igual forma de acordo. Contém com a CDU. Tal como fizemos no passado contém connosco para implementar todas as lutas necessárias para a melhoria da qualidade de vida das populações de Chaves, do Alto Tâmega e do país.

Nuno Artur Esteves F. Rodrigues, do PS – cumprimentou os presentes e fez as seguintes perguntas ao Senhor Presidente da Câmara.

"Tendo sido instalada a jornada contínua nos serviços municipais gostava de saber se o horário de trabalho se mantém nas quarenta horas ou se reduziu para trinta e cinco horas semanais.

- Gostava de saber o que está a ser pensado sobre o Museu das Termas Romanas, no que respeita à desumidificação.

- Também gostava de saber para quando está prevista a abertura ao público da Fundação Nadir Afonso.

- Pergunto como é que está a limpeza dos recintos no Concelho de Chaves. No espaço envolvente deste auditório existe uma área verde, com uma espécie de tanques com água que está cheio de lixo e até tem pneus lá dentro.

Também gostava de saber qual foi o impacto do "sábado 14" em Chaves e se se está a pensar em fazer o domingo 15 e instituir depois a segunda-feira 16, em Chaves. Entendo que seria um programa bom e já que vamos a reboque de todos, poderíamos fazer o segundo feriado municipal e ser na segunda-feira dia 16.

Em termos de coerência, gostava de lhe perguntar como é que estão as funções de acumulação dos técnicos da Câmara Municipal de Chaves. Há técnicos que estão na Câmara de Chaves, outros que estão a acumular com vencimentos ou recibos na Empresa de Gestão de Equipamentos e gostava de saber informação sobre essa questão"

Márcia Cristina de Jesus Teixeira, do **PSD** - cumprimentou os presentes e em seguida referiu as questões da justiça.

Não posso concordar com o Senhor deputado Nuno Vaz Ribeiro quando disse que o senhor Presidente da Câmara só agora é que está muito afoito em escrever ao Ministério da justiça e ao Ministério da Saúde. Isso não é verdade. Todos se recordam das iniciativas trazidas a esta Assembleia, nomeadamente algumas moções e iniciativas de rua a que o PSD aderiu. Na altura era Presidente o Senhor Dr. João Batista e a Câmara estive presentes na manifestação que foi feita pela Ordem dos Advogados e até deram tolerância aos funcionários para que também lá estivessem.

Desde que o atual Presidente de Câmara tomou posse fomos várias vezes a Lisboa na tentativa de ser recebidos pela Ministra da Justiça mas não conseguimos; algumas vezes tentámos fazê-lo através dos deputados eleitos pelo Distrito, nomeadamente através do Dr. Pedro Pimentel mas também não conseguimos ser recebidos. O PSD tentou e continua disponível, independentemente do governo que for, para defender o nosso Tribunal.

Concordo com o Senhor deputado Nuno Vaz quando diz que não acresce em nada a despesa na criação da Comarca do Alto Tâmega, pelo contrário. O PSD de Chaves assume que foi um erro de estratégia do governo, lutou contra isso e estamos aqui para reverter esta situação. O mesmo relativamente ao hospital e o mesmo relativamente às portagens.

José Pimentel Sarmento do **PSD –** cumprimentou os presentes e disse que foi o Partido Socialista que criou a situação que hoje se vive no Hospital de Chaves.

"Não foi o PSD que integrou o Hospital de Chaves no Centro Hospitalar nem fomos nós que mandamos fazer o estudo que nos considerava uma urgência básica. Fomos

nós que saímos à rua e conseguimos, através de um compromisso com o Presidente da Câmara de então, a continuação da urgência médico-cirúrgica. E foi o meu partido, com todas as trapalhadas que que houve, que a legalizou. Oficialmente, e suportada por lei, temos hoje uma urgência médico-cirúrgica.

Não foi o PSD que encerrou a lavandaria, a cozinha, a central telefónica, os serviços administrativos. Temos alguma responsabilidade porque a degradação continuou com o governo PSD, nomeadamente da cardiologia, otorrino e urologia. Mas quem abriu o rombo no Hospital de Chaves foi o Partido Socialista e deve assumir essa responsabilidade. Aquilo que o PS fez foi um ataque a esta região. Tínhamos um hospital de referência que nos satisfazia. Ainda em relação ao hospital eu fiz aqui alguns desafios à bancada do PS, à bancada da CDU e demais forças políticas para ou se calarem ou então irmos todos para a rua, mas nunca responderam e o governo era do PSD.

Agora estão todos satisfeitos por terem uma "rainha e três reis magos" a governar o país apesar de terem perdido as eleições. Nós ganhamos as eleições e moralmente tínhamos o direito de governar. Em termos constitucionais aceito a situação, mas em termos morais fomos nós que ganhamos as eleições. O Partido Socialista, que é um partido democrático, abriu um precedente muito grave no país e vamos ver quais são as consequências dessa situação no futuro. Houve um elemento do Partido Socialista que dizia antigamente: «eu gosto de malhar à direita» e eu, aqui estarei, para malhar à esquerda. Vou estar muito atento a todas as decisões e não se esqueçam que se comprometeram com uma série de coisas que terão de cumprir, nomeadamente a anulação das portagens nas autoestradas, a reposição dos tribunais nos termos em que estavam anteriormente e outros. Se fizeram tudo o que prometeram também saberei vir aqui e dar o meu apoio.

Em termos de saúde a gestão já não é nossa; há um milhão de euros atribuídos pelo governo PSD/CDS para obras de beneficiação do bloco operatório do nosso hospital e espero que sejam ali investidos. Agora que os senhores estão tão confiantes, esperamos que façam melhor. Esperamos que tragam para cá cardiologistas, urologistas, pediatras e outros especialistas. Só o nome de urgência médico-cirúrgica não resolve problema nenhum. O que resolve é que os serviços sejam reforçados com a reposição da lavandaria, da cozinha, da central telefónica, dos serviços administrativos, para que não aconteça aquilo que está a acontecer. É uma vergonha nem sequer ter uma central telefónica com capacidade de resposta.

Foi o governo socialista que tirou de Chaves a Polícia Judiciária e nessa altura o Ministro da Justiça era o Dr. António Costa. Era um serviço que se justificava muito mais em Chaves do que em Vila Real.

Com o PS a nossa urgência foi desclassificada e estava em vias de ser considerada uma urgência básica. O Presidente da Câmara fez tudo e mais alguma coisa, chegando a ser indelicado para com o governo e conseguiu-se a urgência médico-cirúrgica. Em termos da justiça também fizemos o que podíamos.

Nós não dizemos uma coisa e fazemos outra como vocês sempre fizeram. Estaremos atentos ao cumprimento das promessas que fizeram - à isenção do pagamento de portagens, ao aumento das pensões, ao desbloqueamento do salário mínimo etc. - e vamos ver se vão deixar o país em situação melhor daquela em que o PSD/CDS o deixou, apesar de o ter recebido em situação de banca rota, em 2011. Todos se

lembram que nessa altura havia dinheiro para pagar aos funcionários públicos durante quinze dias. Isso está escrito e não foi contestado".

Nuno Vaz Ribeiro do **PS –** disse que seria importante corrigir o despacho que desqualificava as urgências porque lá diz que as urgências foram qualificadas como médico-cirúrgicas em 2006 e nessa data o governo era suportado pelo PS. Até então não estavam qualificadas formalmente.

"O estudo que eu referi foi mandado fazer pelo Ministro do PSD, Dr. Paulo Macedo. É o despacho 13.376, de 23 de setembro de 2011.

Também não há nenhum milhão de euros. Esse valor existirá se forem alocados fundos comunitários.

É verdade que quando a PJ de Chaves foi extinta o Ministro da justiça era o Dr. António Costa, mas também é verdade que na altura veio para Chaves a Brigada de Trânsito".,

Nelson Paulo Gonçalves Montalvão do **PSD –** cumprimentou os presentes e disse que uma vez que foi mencionado o XXI Governo Constitucional da República também de deve uma palavra de apreço ao XIX Governo Constitucional que em junho de 2011, numa situação de emergência nacional, tomou conta dos destinos do país.

"Se estamos em desacordo relativamente a posições que foram tomadas relativamente a Chaves, entendemos que é justo reconhecer que nesse momento de emergência nacional, o XIX Governo fez por Portugal aquilo que outros não fizeram.

Relativamente ao ato eleitoral do passado dia 4 de Outubro gostaria de felicitar todos os flavienses pela lição de civismo e pela forma como decorreu a campanha para as eleições legislativas. Agradecer aos flavienses as manifestações públicas em todos os atos que a coligação levou a efeito no concelho. Registamos com preocupação os elevados níveis de abstenção que foram registados e reconhecer o esforço daqueles que contribuíram para a vitória da coligação liderada pelo Partido Social Democrata, com uma percentagem acima da média nacional e distrital. Enaltecer a importância desta vitória, nesse mesmo contexto, a nível nacional e sublinhar o facto de esta vitória ter ocorrido em todas as freguesias do concelho.

Sublinhamos também que o nosso adversário mais direto – o Partido Socialista – ficou a cerca de 21% (quatro mil votos) de distância da nossa vitória, no nosso concelho. Endossar os parabéns a todos os deputados eleitos pelo Círculo Eleitoral de Vila Real, mas em particular à Senhora deputada Maria Manuela Tender, pela sua reeleição.

A propósito daquilo que o Senhor deputado Nuno Vaz Ribeiro referiu, também em nome do rigor, depois das eleições de 5 de junho de 2011, na Assembleia Municipal de dezembro, desse mesmo ano, o Grupo Municipal do PSD, já com o governo eleito, trouxe a esta Assembleia Municipal, para discussão e aprovação, seis moções, que tinham precisamente a ver com as matérias que o Senhor deputado Nuno Va Ribeiro antes mencionou; foi a questão da saúde e o Hospital de Chaves, a justiça e a questão do Tribunal de Chaves, o Ensino Superior e a UTAD, a questão das Comunidades e a Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega, a eventual criação do Circulo Eleitoral do Alto Tâmega e a questão das portagens na A24. Tudo isso consta na respetiva ata. Desde a primeira hora o Grupo Municipal do PSD e o Presidente da Câmara Municipal de Chaves lutaram pela resolução destas matérias, pelas pessoas e pelo nosso território, tal como fez o Partido Socialista e a CDU. Estar aqui a politizar

a questão do Hospital ou a questão da Justiça, em meu entender é um erro. Estaremos atentos para verificar se o XXI Governo do Dr. António Costa, vai fazer aquilo que o governo do Dr. Pedro Passos Coelho não conseguiu. Como estivemos no passado, continuaremos a estar a linha da frente para em primeiro lugar defender as pessoas e o nosso concelho e depois o nosso partido"

Maria Zélia Valoura do **CDS/PP**- cumprimentou os presentes e disse:

"Gostaria de começar por focar um assunto que já trouxe a esta Assembleia e que se prende com o trânsito na Rua S. João dos Aregos, rua que concentra duas áreas residenciais: o Bairro Social dos Aregos e a Quinta da Bandeira.

Nesta rua os carros circulam a grande velocidade sem ter em conta as saídas laterais das zonas residenciais referidas e as pessoas que ai circulam a pé, entre elas, crianças. Seria muito importante para evitar e diminuir a sinistralidade que já lá houve que se colocassem aí formas de condicionar a velocidade.

Gostaria ainda de focar outro problema que afeta esta área residencial que é o problema do lixo; para urbanizações com tão alta densidade populacional dois contentores de lixo apresentam-se manifestamente insuficientes. Além do mais constata-se que muitos moradores gostariam de ver aí colocados ecopontos para mais facilmente poderem colaborar com uma autarquia sustentável e não terem que andar com o lixo no carro até encontrarem um ecoponto na cidade.

Enquanto não se põe em prática uma solução para a Praça General Silveira, que lhe devolva a identidade de Jardim das Freiras, gostaria de referir a necessidade de cuidar do pavimento deste lugar e que se tivesse em conta o perigo que o mesmo oferece, principalmente no inverno com o tempo de chuva e geadas, colocando-se aí eventualmente uma solução anti - derrapante ou outra, para que se evitem quedas, algumas com gravidade.

A comunicação social noticiou recentemente o encerramento da urgência médico-cirúrgica em Chaves, informando de seguida que tinha sido um erro e que tal não iria acontecer. Gostaria de saber pelo Senhor Presidente qual é efetivamente o ponto de situação em relação a este assunto visto que o que sei é através da comunicação social".

Presidente da Junta de Freguesia de Santa Cruz/Trindade e Sanjurge – José Joaquim Alves de Lima – cumprimentou os presentes e em seguida referiu a questão da educação. Disse:

"Afinal em Portugal quem pratica a democracia? Afinal em Portugal quem vai governar o país, nomeadamente na educação? Já não há exame do 4º ano. É a primeira medida do Parlamento no primeiro dia de governo do Partido Socialista. É a primeira cedência ao Bloco de Esquerda, ao Partido Comunista Português e CDU e aos sindicalistas, tudo para ter acesso ao poder. É um total descaramento e contradição com o próprio programa eleitoral do Partido Socialista e cito: «reavaliar a realização de exames nos primeiros anos de escolaridade».

O que fez o partido Socialista à sua promessa eleitoral, agora inserida no programa do governo? Já reavaliou mesmo antes de ser governo ou reavaliaram por si? E o que pensa o Ministro da Educação e a sua equipa sobre este tema? Será que a satisfação do Bloco de Esquerda, do Partido Comunista e das reivindicações sindicais, para garantir o poder, tornaram irrelevante o próprio programa eleitoral e o pensamento do seu Ministro? Que democracia é esta?

O Partido Socialista fragilizado pela derrota eleitoral, pesada e imprevista, vai aceitar sempre as imposições? O povo diz que "só fala de orelhas quem é orelhudo" e eu pergunto: só fala de democracia quem estando no uso do poder não a aplica? Houve debate e discussão pública sobre o tema? Houve período de transição? Nem sequer se esperou que o Ministro se sentasse e se ajeitasse na cadeira. Afinal são a CDU e o Bloco de Esquerda quem define o rumo político deste país?

Quando o governo do PSD/CDS introduziu os exames do 4º ano, o país e as escolas dedicaram horas a escrutinar a decisão e a fazer comparações internacionais. Para acabar com eles não foram consultadas as escolas, não se interpreta o balanço dos seus efeitos, não há um segundo debate público; não se admitiu qualquer observação. Não se anuncia uma política integrada para a educação na qual encaixe essa eliminação? A CDU e o Bloco de Esquerda resolveram, o Partido Socialista acenou para o lado, o cidadão Mário Nogueira aplaudiu; escolheu a cedência ao Bloco de Esquerda e ao Partido Comunista, satisfez revindicações sindicais e tornou irrelevante o seu programa e o próprio Ministro. Vai ser sempre assim? As escolas e os professores deste país jamais vão ser ouvidos? Que diferente é a prática da democracia, mesmo sem a apregoar e sem a enfatizar verbalmente.

Os esclarecidos da eliminação dos exames e alguns são professores, ou pseudoprofessores, sabem o que é estar à frente dos alunos ou andam na secretaria e nas bibliotecas? Sabem que é preciso trabalho, disciplina, rigor e sacrifício para chegar a algum lado? Tais instruídos sabem o que é estar numa sala de aula com alunos que não trabalham e que, por esse motivo, tenham comportamentos inadequados, e sabem que nada lhes acontecerá? Desses iluminados quantos dias e horas já lecionaram em turmas CEF, Currículos Alternativos, Novas Oportunidades ou em turmas ditas normais, em que bastam dois alunos, sistematicamente perturbadores, para quartar a possibilidade de os restantes adquirirem competências para a vida? Àqueles dois acontece-lhes alguma coisa por não deixarem os outros fazerem o seu caminho?

Afirmo, convictamente, que somos feitos de hábitos e habituados a nada fazer para ter, dificilmente seremos responsáveis, solidários e pensadores do bem comum. A pergunta vai ser sempre assim, não é de pormenor, até porque a hierarquia política é só metade do problema; a outra metade está no perigo de decidir sobre substâncias estruturais do sistema educacional de um país, setor que exige mais consensos e cautelas e menos reformas e mexidas em cima do joelho, sem ponderar consequências e ou estudar alternativas. Há razões para defender a existência dos exames, assim como as há para a não continuidade dos mesmos. Alguém sabe qual é o plano estável, a longo prazo para a educação no país? Há vontade do Partido Socialista de que haja um plano estrutural e intemporal nas metas a atingir? Não é uma irresponsabilidade governar nestes termos quando é impossível levar a cabo políticas públicas de educação sem monitorização dos resultados escolares. Gostem ou não a CDU, o Bloco de Esquerda, os sindicalistas e o PS atual, é a monitorização dos resultados que permite avaliações internacionais, que diagnostica as metodologias do curriculum, que facilita o apoio das escolas e dos professores aos alunos. A avaliação externa é um instrumento insubstituível para o processo educativo porque protege os alunos que mais carecem da escola para superar barreiras sociais e económicas. Sem avaliação externa a governação na educação

converte-se numa navegação às cegas. O atual Partido Socialista sabe disso mas já esqueceu o que defendia quando Maria de Lurdes Rodrigues em 2005/2009 era Ministra?

Desde o 25 de Abril só houve dois ministros que pensaram na educação deste país – Roberto Carneiro e Marçal Grilo. Os factos são o que são e entre cedências perigosas, relevâncias políticas e precipitações desastradas a legislatura começa mal na educação, sobretudo porque arranca com uma dúvida alarmante. Quem vai governar este País e quem vai mandar na educação".

Anselmo José Martins, do **PS** – cumprimentou os presentes e disse congratular-se pela entrada em plenas funções XXI Governo Constitucional.

"Ele resulta da maioria dos votos do povo português e mais legitimidade do que esta não há. O Órgão soberano deste país e representante do povo é a Assembleia da República.

A nível local a tónica do discurso do Senhor Presidente da Câmara e bem, tem sido na aposta de transformar o Concelho de Chaves num Concelho turístico. Aliás, os grandes investimentos têm sido em património turístico, no sentido de atrair pessoas, para que a economia do concelho funcione. Acho lamentável que estando nós numa data que é altamente atrativa de pessoas e que normalmente todas as cidades, mesmo com pouco recursos, apostam numa iluminação pública de Natal, que tem algum impacto, que tenhamos uma iluminação de natal tão pobre. Há aqui algo de incoerente. Fazemos investimentos vultuosos em equipamentos turísticos e depois naquilo que tem valor quase simbólico, em termos de investimento, é uma autêntica pobreza.

Eu já sei que o Senhor Presidente da Câmara me vai responder que a iluminação pública é responsabilidade da ACISAT mas eu penso que há um acordo com a Câmara Municipal e é obrigação da Autarquia dizer à ACISAT que quer para a sua cidade uma iluminação de Natal que seja condigna dos investimentos que este Concelho faz nos equipamentos turísticos".

Maria Manuela Tender do **PSD** – pediu a palavra no uso do direito de resposta e depois de cumprimentar os presentes disse:

Folgo muito com a alegria que a minha presença provocou na bancada do Partido Socialista. Agradeço a preocupação do Senhor deputado Nuno Artur Rodrigues.

Tenho exercido o mandato em plena consciência, quer nesta Câmara, quer no Parlamento. Não temos o dom da ubiquidade e infelizmente tinha frequentemente trabalho distribuído na Comissão de Saúde da qual era membro efetivo e reunia à 4º feira de manhã e tinha plenário no período da tarde. Por essa razão não consegui sempre estar presente aqui.

Em determinada altura propus a esta Câmara que as sessões da Assembleia Municipal passassem a ser realizadas às sextas-feiras à noite, aos sábados ou mesmo às segundas-feiras, mas a proposta não foi aceite e teve precisamente a oposição do partido socialista que curiosamente tanto preza a minha presença.

Tudo aquilo que está ao meu alcance fazer, em todas as áreas que aqui foram referidas, tenho feito. Aqui e no Parlamento, cumprindo o mandato para o qual fui eleita, num local e no outro, na defesa dos interesses dos flavienses e dos portugueses.

Relativamente à criação da ULS tenho acompanhado aquilo que tem sido a posição do Município de Chaves na defesa da criação da ULS, mas não sendo eu especialista em modelos de gestão, o que interessa, efetivamente, é que a Unidade Hospitalar de Chaves garanta uma resposta de qualidade, de proximidade, em tempo oportuno, aos utentes da sua área de influência. Todos concordamos que não tem sido assim. Todos dizemos que estas questões não podem ser politizadas mas o Senhor deputado Nuno Vaz não resistiu em dizer que em 2006 fomos para a rua porque corríamos o risco de ver desclassificada a urgência. Eu também estive na rua, o PSD também e os flavienses estiveram na rua, a apoiar essa nossa reivindicação justa. E desta vez, se o erro não tivesse sido corrigido estaríamos de novo todos na rua. O Senhor Presidente da Câmara foi o primeiro a dar-nos nota de que tinha sido publicado o despacho e foi o primeiro a contactar os órgãos do partido, o Parlamento e o Governo a dizer que tomaria as devidas diligências se a situação não fosse alterada. Efetivamente foi um lapso que foi corrigido. Mas não é por sermos do PSD que ficámos de mãos e pés atados e deixámos de defender os interesses da nossa população. Isso nunca esteve nem estará em causa.

No entanto, quando foi feita a integração da Unidade Hospitalar de Chaves no Centro Hospitalar de Trás-os-Montes e Alto Douro, nós vimos o representante do Partido Socialista a elogiar o modelo criado, a elogiar as potencialidades que a integração trazia.

Eu pergunto aos Senhores deputados que me acusaram, relativamente à reforma judiciária, se algum dia me ouviram a dizer bem da reforma judiciária e do mapa judiciário. Não conseguiram resistir à tentação de atirar a culpa e já o povo diz «a culpa morre sempre solteira»; é verdade, mas nós temos de repor a verdade.

O que aqui foi dito não corresponde à verdade. O que foi votado no Parlamento foi a Lei da Organização do Sistema Judiciário; os princípios da organização da Reforma judiciária. Os Senhores deputados sabem que a competência para a regulamentação da lei é do governo e não do Parlamento e sabem que na minha declaração de voto, de que dei conhecimento a esta câmara, eu disse o que no meu entender deviam ser os princípios a respeitar na regulamentação da lei neste distrito. Não o foram e lamento. Mas não fiquei calada e a minha posição ficou registada em Diário da Assembleia da República e foi veiculada ao Governo e particularmente à ministra da Justiça.

Termino dizendo que estou de consciência tranquila. Sempre levei os problemas e os interesses dos flavienses ao Parlamento e não é pelo governo ser do meu partido, ou de outro qualquer, que eu vou deixar de os levar.

Nuno Vaz Ribeiro, do **PS –** pediu a palavra para o uso do direito de resposta à Senhora deputada Manuela Tender e disse:

"Esta Assembleia não se pode ajustar à sua agenda. Tem de ser a sua agenda a ajustar-se à nossa. Já foi assim no passado. O partido Socialista também teve uma deputada de Chaves na Assembleia da República e ela ajustava a sua agenda às sessões desta Assembleia. Faz todo o sentido que a grande maioria, à exceção de um, possa impor essa solução, e alguém tem de ser conformar com essas decisões fazendo sempre que possível a sua presença cá e, porventura agora vê-la-emos com mais frequência.

Reconhecemos as suas diligências, o seu trabalho, mas também de igual forma somos obrigados a reconhecer os poucos resultados. A nossa espectativa é que neste novo mandato que agora se inicia os resultados na saúde, na justiça, sejam bem maiores e nós cá estaremos, como estivemos no passado, com esse propósito e irmãmente ligados com esse objetivo.

Os votos é que mostram o nosso sentido de aprovação ou desaprovação e não as declarações de voto".

O Senhor Presidente da Câmara - depois de cumprimentou os presentes na sala respondeu às questões colocadas.

Na qualidade de Presidente da Câmara, fui tão afoito a escrever a este governo como o fui em relação ao governo anterior. Com o anterior não tive sucesso e não fui recebido pela Senhora Ministra da Justiça. Espero ter mais sucesso com este e vir a ser recebido pela atual Ministra.

Não posso dizer o mesmo em relação ao Senhor Ministro da Saúde dado que me recebeu várias vezes, embora não tenha resultado em nada positivo.

A Câmara neste momento tem uma jornada de quarenta horas semanais. Já fez um acordo com um dos sindicatos para passar para o regime de trinta e cinco horas. Enquanto o acordo não estiver registado prevalecem as quarenta horas, embora em jornada contínua.

O que acontece dentro do Museu das Termas Romanas é que o volume de água termal e consequentemente o seu vapor, excede aquilo que era esperado. Não chove lá dentro.

O Museu de Arte Contemporânea Nadir Afonso está previsto abrir ao público em Março de 2016.

A limpeza urbana pode não ser a melhor do mundo, mas também não é a pior. Reafirmo, mais uma vez que, uma cidade/terra limpa é aquela que os cidadãos não sujam.

Sobre a avaliação do "Sábado 14", não sei se os eventos se consolidam ao fim da segunda ou terceira edição. Entendo que tem de ser percorrido algum tempo para se perceber essa realidade. Desde já posso referir que o "Sábado 14" em Chaves é um sucesso na vertente cultural, nomeadamente com as pessoas que vêm dormir a Chaves na sequência da "sexta-feira 13", que percorrem a cidade e visitam o nosso património cultural. Se o "Sábado 14" vier a criar uma jornada cultural para melhor divulgarmos o nosso território já valerá a pena. O objetivo é que as pessoas venham dormir a Chaves e fazer aqui as refeições.

Não conheço nenhum funcionário da Câmara que acumule funções na Câmara e na Empresa Municipal. Há funcionários da Câmara que estão ali destacados e é a Empresa Municipal que lhe processa o respetivo vencimento.

A Senhora deputada Zélia Valoura disse ter acompanhado a situação da urgência médico-cirúrgica pelos jornais. Mas se assim foi não leu bem o que lá estava escrito. Isto porque logo na sexta-feira em que saiu o despacho, nesse mesmo dia o Ministério da Saúde fez sair uma nota de imprensa a dizer que tinha sido um lapso. Foi corrigido prontamente e isso é do conhecimento geral.

O Senhor deputado Anselmo Martins fez uma pergunta sobre a iluminação de Natal e deu logo a resposta. Já houve uma chamada de atenção à ACISAT porque o habitual seria que fosse colocada mais cedo. Quanto à qualidade, como é lógico só depois de

terminada a sua instalação é que poderemos fazer a avaliação e só nessa altura terá cabimento a chamada de atenção.

Entrou-se no Período da Ordem do Dia

A ata número dois referente à sessão ordinária, realizada no dia 29 de setembro de 2015, foi posta à discussão, dispensando-se a sua leitura, em virtude de ter sido distribuída a todos os Senhores deputados.

O Senhor deputado Nuno Vaz Ribeiro sugeriu, que os textos das intervenções possam ser enviadas aos Senhores deputados intervenientes para eles fazerem as suas correções.

Posta à votação foi aprovada por maioria, com seis abstenções por ausência na última sessão.

PONTO 1. – INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL.

1 – Situação Económica/Financeira – Documento anexo

2 – Obras em Curso - Documento anexo

3 – Outras Atividades Relevantes - Documento em anexo.

Outras Informações:

Intervenções:

Nuno Vaz Ribeiro do PS – Disse verificar que algumas das sugestões que são dadas vão sendo acolhidas porque a lista das obras em execução já se limita apenas aquelas que estão em execução.

"É uma informação mais fácil de consultar. Já o mesmo não acontece relativamente aos processos em contencioso O quadro que nos é enviado relativamente às pendências de contencioso que existem nos vários tribunais continua a ter muitos espaços em branco; faltam os montantes dos pedidos, o tipo de ação não vem e o estado em que se encontra, nalguns casos, também não consta. É importante que estas faltas sejam corrigidas.

Parece-nos estranho que depois de dois anos, desde que foi trazida a esta assembleia Municipal a decisão de liquidação do MARC, ainda não possamos conhecer que foi internalizado no município. É estranho que uma empresa, cuja decisão de liquidação tenha sido tomada há dois anos, ainda hoje não tenha sido extinta e, sobretudo, não constem nas contas do município os três milhões e trezentos mil euros da dívida à banca.

Também gostava de saber se, com a extinção, os trabalhadores já foram transferidos para outras entidades, o que tem sido feito relativamente ao empréstimo de três milhões e trezentos mil euros. Desconheço as condições do empréstimo; se é me prestações mensais, trimestrais, semestrais ou anuais, mas, certamente, há responsabilidades relativas ao capital em dívida – de amortização – e haverá responsabilidades relativamente aos juros. Como é que tem sido resolvida esta solução, qual o montante que deixou de ser pago, desde dezembro de 2013 e isto, por sua vez, não constitui um aumento de dívida que devia ser objeto de autorização por parte dos Órgãos municipais".

O Senhor Presidente da Câmara respondeu às questões colocadas.

Irei solicitar ao Consultor Jurídico da Autarquia para fazer a informação mais detalhada relativamente aos processos judiciais.

Sobre a liquidação do MARC na minha informação eu digo no dia 1 de dezembro decorreu a Assembleia Geral para se fazer a sua liquidação. O MARC está liquidado. Falta agora marcar a escritura da internalização dos ativos e dos passivos, na Câmara Municipal, conforme previsto.
A Empresa MARC SA tinha duas funcionárias que foram integradas; uma funcionária foi integrada nos quadros da EHATB, que era acionista da Empresa e a outra foi integrada na FLAVIFOMENTO que era a maior acionista da MARC SA. Nesta matéria não resultam quaisquer encargos para a Câmara Municipal.
Não foi possível resolver mais cedo esta questão porque o processo é algo complexo. Foi necessário negociar a forma de fazer a escritura. Não sendo a Câmara Municipal acionista direta da Sociedade MARC SA., havia dúvidas sobre a forma de fazer a internalização dos bens - ativos e passivos. Era acionista indireta através da Associação FLAVIFOMENTO.
A Administração Central entendeu que a MARC SA era uma empresa pública e como dava prejuízo tinha de ser extinta. E entendeu que era uma empresa pública porque a Câmara exercia poder de administração de forma indireta. Isto porque sendo sócia da FLAVIFOMENTO e tendo esta Associação mais unidades de participação que a outra associada - Associação Empresarial - a Autarquia acabava por ter mais poder de decisão/mando. Também foi sempre a Autarquia que transferiu as verbas necessárias para que a Empresa pagasse o serviço da dívida. O serviço da dívida tem estado congelado desde a decisão do processo de internalização porque a Câmara Municipal, a partir de determinada altura e por imperativo legal, não pode transferir mais dinheiro através da FLAVIFOMENTO. Desde então, de acordo com a entidade bancária, o empréstimo está congelado. Logo que seja feita a escritura e seja visada pelo Tribunal de Contas (passagem do ativo e passivo para a Câmara Municipal) será retomado o processo do pagamento do serviço da dívida e da amortização do empréstimo.
O Banco reconhece a especificidade da situação e não entrou com qualquer ação de incumprimento. Os juros a pagar são refletidos no processo de internalização na Câmara Municipal e constam do acordo.

PONTO 2 - LEI Nº8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO – LEI DOS COMPROMISSOS E DOS PAGAMENTOS EM ATRASO. LISTAGEM DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS ASSUMIDOS AO ABRIGO DA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA CONCEDIDA PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, EM SUA SESSÃO ORDINÁRIA, NO DIA 17 DE DEZEMBRO DE 2014. INFORMAÇÃO Nº41/SC/2015. Para conhecimento;
Intervenções:
Nuno Vaz Ribeiro do **PS –** disse saber que esta informação é apenas para conhecimento da Assembleia, mas como não tem acesso ao conteúdo dos contratos, quis saber o seguinte:
Penso que há um contrato que foi feito na sequência de um procedimento prévio, de concurso público, com a Associação Geração Solidária e gostaria de saber do âmbito e objeto do respetivo contrato. Se estamos a falar apenas de atividades de enriquecimento curricular ou se também estamos a falar de atividades de prolongamento e outras. Explicar melhor o objeto do contrato.

O Senhor Presidente da Câmara respondeu dizendo que se trata de um concurso de apoio à família para prolongamento de horário nos Jardins-de-infância. As atividades extracurriculares do Concelho de Chaves estão entregues aos Agrupamentos há já vários anos. São os Agrupamentos que contratam os professores para essas atividades.

Nuno Vaz Ribeiro do **PS –** perguntou a que se referem as demais prestações de serviços constantes do grupo. Disse que se o contrato é apenas de apoio à família contém outros serviços de apoio ao desenvolvimento de atividades desportivas.

Estas prestações de serviços são exatamente para quê?

O Senhor Presidente da Câmara respondeu dizendo que este conjunto de prestação de serviços para a realização atividades desportivas se destina a técnicos de educação física que prestam este serviço para a atividade física sénior. É uma atividade que a Autarquia presta aos cidadãos e que está a ter um grande sucesso dentro desta faixa etária, cujo número de pessoas tem vindo a aumentar todos os anos, tendo atingido neste ano um número record.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento deste ponto.----------

PONTO 3 - "PAEL – PROGRAMA DE APOIO À ECONOMIA LOCAL. – MONITORIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO - 3º TRIMESTRE DE 2015. INFORMAÇÃO Nº58/DGF/2015. Para conhecimento;

Intervenções

Nuno Vaz Ribeiro do **PS –** usou da palavra para fazer algumas considerações sobre este ponto embora saiba que é para conhecimento.

A lei determina que a Assembleia Municipal acompanhe a monotorização do programa de apoio à economia local. Daquilo que é a execução orçamental, quer na lógica da receita, quer na lógica da despesa, e comparando ambas, relativamente ao terceiro trimestre de 2015 verificamos que o equilíbrio só é conseguido porque ao longo do ano aumentaram os impostos diretos; esse aumento é muito assinalável, em todo ano de 2015, que para além dos impostos resulta também da venda de bens e serviços – água, saneamento e resíduos sólidos urbanos. Por outro lado é conseguido também pela diminuição das despesas de capital e das transferências para as freguesias. Comparando o que era estimado aquando da elaboração do PAEL com aquilo que é a execução no terceiro trimestre de 2015, verifica-se que a despesa corrente aumentou e houve menos investimento.

O Senhor Presidente da Câmara respondeu às questões colocadas pelo Senhor deputado Nuno Vaz Ribeiro.

Estamos a falar de um documento que foi aprovado em 2007 e não era admissível prever, com oito anos de antecedência, que a despesa não aumentaria. Temos constatado, por exemplo, a nível da Administração Central, que os sucessivos governos não conseguem acertar na despesa de cada ano, que acaba por ser sempre superior ao inicialmente previsto. Seria muito difícil a Câmara Municipal de Chaves acertar essa previsão à distância de oito anos.

Infelizmente as despesas para apoio a famílias carenciadas têm vindo a aumentar consecutivamente nos últimos anos e são situações que em 2007 não estavam previstas. De qualquer forma não posso deixar de referir que o balanço do trimestre é favorável em trezentos e noventa e três mil euros.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento deste ponto.----------

PONTO 4 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUDITORIA FINANCEIRA. INFORMAÇÃO Nº39/SC/2015;

Não houve intervenções

Posta à votação foi aprovada por unanimidade. Aprovada em forma de minuta para seguimento imediato. ----------

PONTO 5 – PROPOSTA DE APROVAÇÃO DE MINUTA DE ACORDO DE TRANSAÇÃO E DE CONTRATOS DE CEDÊNCIA DE INFRAESTRUTURAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS, A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE CHAVES E A SOCIEDADE "ÁGUAS DO NORTE, S.A.". PROPOSTA Nº 120/GAP/2015;

O Senhor Presidente da Câmara disse que esta proposta vem para ratificação e pediu desculpa à Assembleia Municipal por esse facto.

Havia urgência em resolver esta situação para que até ao final do ano se possa concretizar este conjunto de propostas no sentido de que a relação com a Empresa Águas de Trás-os-Montes se normalize.

Alguém poderá criticar, e a crítica é aceitável, porque se passaram cerca de catorze anos, desde a adesão ao sistema multimunicipal foi decidida por esta Assembleia Municipal em 2001, mas mais concretamente depois de oito anos porque a empresa só começou a operar a partir de 2007. A verdade é que mais vale tarde do que nunca e quando se deseja o cumprimento das normas que estão estabelecidas, entendo que à partida essa situação deve merecer a concordância de todos.

Desde 2007 que a Empresa Águas de Trás-os-Montes utiliza as nossas infraestruturas, situação que decorre do acordo estipulado no contrato assinado em 2001 e no qual não ficou salvaguardada a situação da cedência, por parte da Câmara Municipal, das infraestruturas de água e saneamento, nem foi posteriormente feito e assinado qualquer contrato nesse sentido. Em simultâneo com esta situação, há um acordo de transação na medida em que existe uma dívida de dois milhões, trezentos e vinte e dois mil e cinquenta e seis euros e trinta e dois cêntimos, e vamos receber de rendas e de antecipação de rendas, até ao fim do período de concessão – 30 anos – um milhão oitocentos e vinte e três mil, novecentos e dezanove euros e setenta e cinco cêntimos. Sobre o remanescente é feito um acordo de transação para pagar em treze prestações. A assinatura dos contratos foi autorizada pela Câmara Municipal e vem a esta Assembleia Municipal para ratificação. Os contratos estão assinados e são do vosso conhecimento. Entendemos que esta situação é útil e o que poderá eventualmente ser colocado em questão é o facto de haver antecipação de rendas. A verdade é que me foi pedido que a situação com as Águas de Trás-os-Montes seja regularizada o mais breve possível. É o que estamos a fazer com esta proposta e com estes contratos.

De referir que ainda vão ficar faturas em dívida, não refletidas nas contas da Câmara Municipal porque existem divergências na evolução da tarifa que é lesiva do interesse dos municípios e agravou a sua situação financeira. O mesmo acontece no que respeita ao cálculo dos caudais de águas residuais dado que as águas pluviais também são contabilizadas e não devem ser. Todos sabemos que num projeto de uma rede de saneamento o valor da obra é calculado em função da população e do

consumo de água estimado por essa população numa percentagem de 90% desse volume. Nós estamos a pagar à volta de 130% em relação ao volume do consumo de água. Mantemos esse diferendo que deverá ser resolvido em Tribunal arbitral. O Tribunal Administrativo de Mirandela sentiu que não tinha competência para resolver e remeteu-nos para o Tribunal arbitral; em relação aos consumos mínimos já nos deu razão.

Intervenções

Nuno Vaz Ribeiro do **PS –** disse entender o desconforto do Senhor Presidente da Câmara sobre esta matéria, que resulta de incúria e de incompetência, relativamente ao não pagamento de dívidas de água de muitos anos, das quais reconhecemos os valores. São valores que não se inserem na lógica da discussão do valor dos preços por metro cúbico, que não se inserem na discussão do saneamento de águas residuais que são tratados em excesso.

O que está aqui em questão não é a discussão do contencioso porque essas matérias hão-de ser resolvidas; estão em sede de recurso e aguardamos que sejam resolvidas e a favor do município de Chaves. Todos pugnamos por essa solução que é justa.

A identificação deste assunto na ordem de trabalhos é enganadora. Eu pensava que íamos aprovar as minutas mas não. As minutas foram aprovadas em sede de reunião de Câmara e já foram assinadas e outorgadas pelas partes. Neste momento estamos perante um facto consumado, o que para mim é inaceitável. É um desrespeito por esta Assembleia porque não permite que matérias da sua competência possam ser aqui discutidas e votadas por todos.

Sobre a alegada questão da urgência é sempre possível convocar uma sessão extraordinária.

Também deixamos uma nota de censura por os anexos aos contratos não serem legíveis. Não se identificam as infraestruturas, não se identificam os custos de aquisição e não se identificam os custos de avaliação para efeitos deste contrato. Também não conhecemos nenhum relatório de avaliação. Não sabemos se a avaliação relativamente à cedência das infraestruturas foi feita com base no custo histórico, no custo médio ou no custo de mercado porque a proposta também não o diz. Temos de acreditar, de boa-fé, que o valor referenciado é o valor correto.

O que hoje estamos a discutir é o resultado de uma política municipal de gestão levada a cabo nos últimos anos, que foi centrada sobretudo na incompetência de fazer a boa gestão dos dinheiros públicos. É o resultado de anos de má governação local, nos quais se cobrava a água e não se pagaram as faturas à ATMADE, apesar de se reconhecer a dívida. Esta situação quase configura um crime de abuso de confiança sob o ponto de vista política, embora tecnicamente eu saiba que não o é.

Como é que numa dívida de dois milhões, trezentos e vinte e dois mil e cinquenta e seis euros, quase metade, são juros de mora. Estamos a falar de um milhão e sessenta mil euros, o que é inaceitável. Para pagar esta dívida que não tem a ver com prestação de serviços, mas sim com o incumprimento reiterado de anos a fio, cede-se pelo período de trinta anos infraestruturas de água e saneamento que não sabemos se a avaliação foi bem ou mal feita porque não temos relatório e em seguida recebem-se as rendas à cabeça; as vencidas e as vincendas. Isto é inaceitável. Seria discutível se eventualmente estas rendas que se recebem à cabeça

fossem utilizadas para fazer a requalificação das infraestruturas de água e de saneamento, para dar eficiência ao sistema. Essa eficiência vem sobretudo pela introdução de medidas corretivas nas redes de água e saneamento, substituindo infraestruturas que estão danificadas e tem enormes perdas. Este valor de um milhão e oitocentos e vinte e três mil euros, resultado desta cedência, seria essencial para requalificar a redes. As infraestruturas existentes foram feitas com dinheiro público.

Não sabemos a evolução que vai haver nos próximos trinta anos relativamente, à água, quer a nível concelhio, quer a nível nacional mas sabemos que vamos deixar de contar com estas infraestruturas, seja qual for a lógica. Estamos a hipotecar o futuro no que diz respeito à gestão de um recurso essencial como é a água. Estamos perante uma situação absolutamente vergonhosa.

Carlos Afonso de Moura Teixeira do **PSD** – cumprimentou os presentes e deu razão ao Senhor deputado Nuno Vaz no que respeita aos anexos que, efetivamente, são de difícil leitura.

O que está em causa é regularizar uma dívida reconhecida. Vai ser paga através do acordo presente nesta proposta, no valor de um milhão e oitocentos mil euros, mais treze prestações de quatrocentos e noventa e oito mil. O assunto da regularização da dívida com uma empresa que nos assegura o abastecimento de água fica desta forma acautelado.

O que aqui está também em causa é uma posição de abuso dominante que foi exercida sobre o Município de Chaves pelas Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro. O preço que nos foi praticado era de 0,70.49€/m3 e, a partir de janeiro de 2014, graças à intervenção do anterior governo, vai passar a ser de 0,52€; uma redução de dezoito cêntimos por metro cúbico. Antes pagávamos por cada metro cúbico de saneamento tratado 0,77.37€ e vamos passar a pagar 0,64€; uma diferença de treze cêntimos. Isto significa que para iguais consumos de água, no próximo ano, vamos poupar duzentos e cinquenta e quatro mil euros, pelo mesmo serviço. No saneamento vamos poupar cento e trinta e quatro mil euros/ano. Graças à intervenção do anterior governo vamos passar a poupar em média, trezentos e oitenta mil euros/ano pelo mesmo serviço. Ao final de cinco anos, mantendo os mesmos consumos/caudais estimados, vamos pagar a menos um milhão e novecentos mil euros à Empresa Águas do Norte. A Câmara Municipal compromete-se a manter o serviço de abastecimento nas mesmas condições que o vem fazendo – em quantidade e qualidade.

O Senhor Presidente da Câmara com esta solução conseguiu reverter uma situação que nos estava a ser desfavorável porque, de facto, pagar um milhão de euros em juros não é sustentável, por um serviço que nos é prestado com a mesma qualidade e por valores muito inferiores.

Relativamente à questão dos custos é importante que se diga que estamos agora em condições de repensar como é que se atingiu este nível de dívida e como é que nunca mais devemos regressar a estes valores. Penso que é a altura oportuna de lançar o debate relativamente ao modelo de gestão do serviço em baixa de água no município; Serviço Municipalizado, Empresa Municipal de Abastecimento de Água e águas residuais ou a manutenção do atual sistema que é um modelo de departamento integrado nos serviços técnicos da Câmara Municipal de Chaves. Os valores antes referidos, que no prazo de cinco anos permitirão envolver um total de

quatro milhões e meio de euros, merece uma reflexão, atempada, positiva e respeitadora de um futuro; se manter o atual sistema de gestão ou evoluir, encontrando a melhor solução para a gestão de água, quer relativamente ao fornecimento feito pelas Águas de Portugal, mas também pelas freguesias. Além disso era importante ter algum enquadramento desta situação. Durante anos não fizemos os devidos investimentos nem se decidiram as medidas de gestão porque se esteve num processo de intermitência relativamente à verticalização do setor. As Águas de Portugal são responsáveis pela colocação da água nos reservatórios dos sistemas da área concessionada mas a câmara municipal e as freguesias são responsáveis pelo seu serviço, nomeadamente na reparação de roturas, ligação de ramais, contadores, fiscalização e outros. Essa é uma componente de difícil manutenção e gestão, como todos sabemos, porque é um sistema de rápida degradação. A questão é como manter o sistema, como poupar água, como tomar as medidas positivas no sentido de contenção, no combate à fraude, ao roubo e outros tipos de anomalias que a rede tem, até pela sua longevidade. Além disso o quadro de pessoal relativo a este setor (canalizadores, picheleiros, assistentes técnicos, assistentes operacionais etc.), nos últimos doze anos reduziu para metade mas as necessidades de manutenção das infraestruturas aumentaram. Politicamente o município necessita de projetar a renovação do quadro de pessoal, caso a rede se mantenha na sua gestão. A manter-se, como pretendemos, a posse e gestão da água, no domínio municipal, entendo que estas questões devem ser debatidas de forma séria, consistente, tecnicamente pensadas, no sentido de haver recursos técnicos, financeiros e humanos adequados, para essa manutenção.

O debate deve acontecer para que a situação melhore e os flavienses têm tido muito apreço pela posição do Senhor Presidente da Câmara, de manutenção da água na posse dos munícipes, ou seja, do todos nós.

Manuel Justino Matos Cunha da **CDU –** disse que o esvaziamento do pessoal da autarquia na área das competências da água torna inviável a sustentação da atual rede de distribuição em baixa.

Ninguém se choca com um conflito entre dois organismos públicos. O que me choca são estas diferenças tão radicais entre uma autarquia que é pública, e uma empresa que também é pública, com comportamentos inaceitáveis de parte a parte. A minha noção de serviço público, quer da parte da autarquia, quer da parte da Empresa das águas seria que em causa estaria sempre o bem público, o bem comum. Devíamos partir de um princípio de convergência entre gente de bem, na prestação de um serviço público que a todos deve beneficiar. Não faz sentido toda esta conflitualidade.

Este é o caminho para a privatização de todos os sistemas e estas questões são uma parte das razões porque a CDU sempre se opôs a este processo.

O Senhor deputado Carlos Afonso, numa situação que é extremadamente delicada para a autarquia tentou amenizar algumas coisas. A decisão da Câmara em deixar de pagar as faturas da água tem consequências, nomeadamente no pagamento de juros de mora. Isto não significa que se escondeu alguma coisa mas a verdade é que foi feita uma opção muito discutível do ponto de vista ético e a Autarquia do PSD tem de assumir isso de uma forma transparente; financiou-se através da receita da água.

Todas estas reduções dos custos da água equilibram as contas da autarquia mas não vão ter efeitos no consumidor. Em determinada altura levantei aqui uma questão

sobre a recolha dos resíduos sólidos urbanos e ninguém se indignou. A tonelada que custava sessenta euros, com uma nova contratação de serviços passou a custar vinte e nove; ficamos sem saber se sessenta era um exagero e se vinte e nove continua a ser um exagero. Há qualquer coisa que não está bem em todo este processo.

A CDU entende que manter a rede da água é uma das funções mais nobres, até por uma questão de carater ecológico, porque é um bem essencial. Não pode haver de perdas de 30/40% na rede de distribuição. Se tivermos um sistema que não esteja sujeito a estas regras complicadas, se as autarquias mantivessem as suas captações de água, estas questões dos custos não se colocavam assim, mas a gestão correta da água colocava-se na mesma. Constatamos que para além de não estarmos a pagar a água, as manutenções da rede foram poucas e a equipe de recursos humanos para fazer a manutenção reduziu para metade. Esperamos que a autarquia reforce a equipe desses funcionários e seja possível, em termos ecológicos, em termos de dignidade de um bem público e do interesse de todos nós que haja uma atuação sobre a rede de distribuição em baixa.

Resumindo: todo o processo da água está mal feito e nós opusemo-nos desde o início. A escolha da autarquia é uma escolha desastrosa, em termos de decisão, mas pelo menos haja a dignidade de assumir a opção que se fez e dizer que foi uma opção política, discutível. Assumir os custos de um milhão e trezentos mil euros de juros em vez de usar esse valor para pagar a água usámo-lo noutras coisas, nomeadamente no Mercado Abastecedor que foi um fracasso. Não sei se nos tivéssemos financiado para fazer as outras coisas para as quais não havia dinheiro, os juros a pagar não seriam muito inferiores que aqueles que temos de pagar agora. Há que assumir as coisas.

Carlos Afonso de Moura Teixeira do **PSD** pediu a palavra no uso do direito de resposta.

Entendo que é este tipo de discussões que vale a pena, no sentido de que nós, flavienses, temos em comum o facto de gostarmos da nossa terra e encontrar as melhores soluções. Estando integrado num sistema municipal, o nível da gestão do serviço faz-se como outro qualquer departamento. Se todos defendemos a manutenção do serviço de abastecimento de água na esfera da Câmara Municipal e nas Juntas de Freguesia, afastando a hipótese da sua privatização, a verdade é que este modelo de gestão está aqui em causa. Para decidir a sua sustentabilidade e nunca mais obter uma situação deste género, devemos em primeiro lugar discutir o sim ou não à verticalização do serviço. Durante anos esta e outras autarquias do país não conseguiram tomar uma decisão definitiva sobre se o serviço de abastecimento de água seria entregue às Águas de Portugal, através das suas empresas regionais, ou seria assumido diretamente pelos municípios. Se sim, através de um serviço municipalizado de águas (Viana do Castelo é um exemplo) ou de uma empresa municipal como é o caso de Vila Real. Isso permite autonomia financeira, agilidade de gestão etc. Chegamos a este ponto mas a Autarquia está a regularizar a dívida e creio que é o momento certo para lançar o debate na sociedade flaviense, no sentido de apurar a melhor forma de assegurar um serviço público de abastecimento de água e de águas residuais aos flavienses, a custos que possam ser suportados por todos nós. Entendo que esse tipo de discussão tem de ser aberto à sociedade porque é um tipo de decisão que faz parte do nosso futuro coletivo. A manutenção do serviço

conforme está, requer necessariamente a contratação de recursos humanos especializados porque é um saber que não se adquire numa universidade e na Câmara de Chaves os recursos humanos diminuíram pelo avanço da idade das pessoas. Paralelamente a manutenção das infraestruturas necessita cada vez mais de apoio porque o horizonte de projetos, nalguns casos, foi esgotado. Sendo assim, se queremos que a água continue pública temos de ter recursos para que assim seja, a um preço que seja acessível. Com esta regularização penso que essa discussão pode agora ser colocada na sociedade civil, obviamente liderada pela Câmara Municipal, sempre mo pressuposto de que se queremos ter água pública, da Câmara Municipal, das Juntas de Freguesia, temos de ter condições técnicas para assegurar esse serviço.

Francisco José T. Lopes Silva Preto do **MAI** – cumprimentou os presentes e disse que, o que está aqui em causa é um pagamento de uma dívida que vem de trás.

Entendo que a autarquia tem de pagar a dívida e quero reforçar o pedido de auditoria externa às contas para saber como se chegou a toda a dívida que foi contraída. O senhor Presidente já garantiu que mandará fazer essa auditoria em 2016 e aproveito para saber quando será feita.

Pela leitura dos documentos parece-me que a necessidade absoluta destes contratos virem à Assembleia Municipal é para pagar a dívida da água à Empresa Águas de Trás-os-Montes através de um contrato de concessão da rede de abastecimento de água. Podemos dizer que nos estamos a hipotecar por trinta anos mas verifiquei nos contratos que o que se recebe pode ser revertido. Ou seja: se o Município de Chaves se quiser desvincular dessa promessa de trinta anos tem de pagar o valor equivalente ao tempo porque se desvincular. Para mim o essencial é saber como se chegou a tudo isto.

Neste momento o que quero saber é se vamos pagar mais ou menos pelo metro cúbico de água. É claro que não vou comparar a água aos serviços de televisão, aos serviços de venda de eletricidade (apesar de aqui ser mais comparável) e de gás. Quando ouço falar em privatização de água entendo que é um absurdo. Não há privatização de água nenhuma. O que se pode, eventualmente por em causa é a privatização das empresas que fazem a distribuição da água porque o cidadão flaviense há muitas décadas que paga a água e vai continuar a pagar. Se tivermos de a pagar a um preço menor é melhor e se, eventualmente se chegar a um ponto em que haja concorrência, se calhar pode ainda ser melhor. A privatização, na distribuição, não é uma coisa que me aflige assim tanto. Claro que se me dissessem que a água a partir de agora iria pertencer a uma empresa privada seria impensável.

Também gostava de saber porque são treze prestações e não são doze. Se calhar se fossem doze podíamos nem ter que estar aqui a discutir isto porque o que trás obrigatoriamente a discussão a esta Assembleia Municipal é serem treze e não doze prestações. Excedem um ano civil e daí ser obrigatório vir a este Órgão.

Concordamos que temos de pagar e a nossa posição é saber como se chegou a esta situação, daí a importância da auditoria.

Manuel Guerra Afonso do **MAI –** cumprimentou os presentes e disse que não seria capaz de fazer o que foi feito na gestão da água, ao longo dos últimos anos. Agora anda-se a remendar algo que é difícil, hipotecando o futuro com a rede pelo período de trinta anos.

Em trinta anos pode passar-se muita coisa e há uma certeza. A água vai ser o negócio do futuro. Todos dependemos da água para viver e logo é um negócio que até pode vir a ser rentável. Ao alienar a rede talvez um dia possa haver quem concorra para vender a água e quando o preço não servir aumenta-se o preço da tarifa. Não sei se o objetivo é o lucro a longo prazo. Lamento que tenha de se alienar património, sobretudo a rede; estamos a comprometer o futuro das gerações vindouras.

Relativamente à água, se bem entendi, 90% da água que entra nas nossas casas passa para as águas residuais. Neste caso concreto penso que muitos cidadãos flavienses são penalizados. Para quem reside em apartamentos não estará longe da realidade, mas, quem vive no meio rural ou em moradias, mais de 50% da água não passa para o sistema de saneamento. A água entrada nos nossos contadores não passa obrigatoriamente para a rede de águas residuais, porque há lavagem de carros, há espaços ajardinados e há outras utilidades domésticas. Isso devia ser repensado porque há pessoas que são penalizadas.

O Senhor Presidente da Câmara respondeu às questões colocadas.

Referi que o que está em discussão para ser aprovado nesta Assembleia Municipal já o devia ter sido feito há catorze anos, ou, no limite há sete. No contrato de constituição do sistema multimunicipal, em alta, das Águas de Trás-os-Montes está prevista a cedência à empresa das infraestruturas em alta (não estamos a ceder a rede de distribuição), que fazem parte do sistema multimunicipal. O que pode merecer alguma crítica é sobre a razão porquê só está a ser feito agora e não foi feito logo há catorze anos. E aqueles que não concordam deviam ter votado contra a entrada no sistema multimunicipal, em 2001, já que isso pressupunha a cedência das infraestruturas em alta. O que eventualmente é criticável é a antecipação das rendas.

Sou Presidente da Câmara para ter responsabilidades e é numa atitude de responsabilidade que vos trago esta proposta. Esta Assembleia Municipal está aqui para julgar este mandato. Fazendo paralelos, não queiram que o povo julgue o atual Primeiro-Ministro, ou outros membros do governo pelos mandatos em que exerceram funções de ministros. O povo julgará este governo pelo atual mandato. Comigo acontece o mesmo.

O ponto de partida era uma dívida às Águas de Trás-os-Montes de vinte e um milhões de euros e é essa situação que temos de resolver. Como se chegou aqui deve ser avaliado mas não é hoje que isso deve ser feito. Essa avaliação já foi sendo feita ao longo do tempo e o povo também ajudou a fazê-la.

Iniciei a apresentação da proposta pedindo desculpa a esta Assembleia pelo facto de esta matéria vir para ratificação mas isto não é um facto consumado. A Assembleia Municipal não está perante um facto consumado. Peço-vos, naturalmente, que votem a favor, mas como verificaram pela leitura da cláusula seis do documento, ela diz que o presente acordo é celebrado pela Empresa Águas do Norte, condicionalmente à sua ratificação pela Assembleia Municipal. Está assinado mas se a Assembleia não o aprovar fica nulo; não perderam nenhuma liberdade. Mantêm a liberdade toda.

Ao Senhor deputado Manuel Cunha devo dizer que efetivamente não deviam existir conflitos neste processo mas a verdade é que ninguém assume que esta empresa fez um mau planeamento. Construiu em Chaves/cidade uma ETAR para cinquenta mil habitantes e os números não apontam para essa evolução. A ETAR de Chaves serve

a cidade e poucas freguesias limítrofes. Para a empresa é benéfico que haja descargas das águas pluviais para terem mais caudal a tratar. Quanto ao reforço da equipa de trabalhadores estamos de acordo.
Verifiquei uma certa contradição entre as duas intervenções dos senhores deputados da bancada do MAI. O Senhor deputado Francisco Preto disse, e muito bem, que a qualquer momento qualquer uma das partes pode denunciar o contrato de cedência. É evidente que se for a Câmara Municipal a fazê-lo vai ter de devolver o dinheiro que recebeu antecipadamente e com juros.
O Senhor deputado Manuel Guerra Afonso disse que vamos hipotecar o futuro. Não estamos a hipotecar rigorosamente nada. Estamos a fazer uma cedência durante trinta anos porque esse é precisamente o período de vigência do sistema multimunicipal em alta. Se quando aderimos ao sistema multimunicipal ficou subjacente que a Câmara Municipal colocasse à disposição do sistema as infraestruturas em alta é lógico que o contrato de cedência seja feito pelo mesmo período. Nunca a rede de distribuição nem a rede de recolha.
Como sabem o período de trinta anos foi fixado há pouco tempo pela legislação que regularizou a fusão dos sistemas em alta. Fixou por trinta e anos e é pelo mesmo tempo que está a ser feito o contrato de cedência. Mas se o atual governo fizer reverter a situação, ou até se nos der a possibilidade de ser a Câmara Municipal a gerir a ETAR e a ETA faremo-lo com todo gosto e pagaremos a respetiva renda.
No âmbito da audição aos partidos que não tem assento no executivo municipal em regime de permanência, o Partido Socialista apresentou-me trinta e quatro propostas. A primeira é: redução gradual e sustentada da dívida às Águas do Norte. É rigorosamente isso que esta Câmara Municipal está a fazer e desta forma não vamos onerar os cidadãos.
Nuno Vaz Ribeiro do **PS** – usou novamente da palavra e disse que o Senhor Presidente da Câmara fez parte dos executivos anteriores e por isso tem corresponsabilidade nesta matéria.
O Senhor Presidente da Câmara é política e pessoalmente responsável por esta dívida. Estamos a falar de uma dívida de água, à qual se chegou por incompetência e por incapacidade. Não foi por causa da divergência de valores nem é disso que estamos a falar. A divergência de valores por m3, de consumos mínimos, está em contencioso no Tribunal.
Também não estamos a falar em modelos de gestão; se o que existe é o adequado, de se deve perspetivar outro, se eventualmente as entidades foram previdentes e têm soluções hoje que perspetivam o futuro. Estamos a falar do contrato de transação que está associado a dois contratos de cedência de infraestruturas.
É verdade que no contrato de concessão se dizia que os municípios poderiam, por acordo com as Águas de Trás-os-Montes, identificar quais eram as infraestruturas do sistema de alta que gostariam de ver integradas ou que havia vontade conjunta de serem integradas. Mas até hoje isso não foi feito, por culpa de quem fazia a gestão.
Nós somos contra a antecipação das rendas todas.
Estas infraestruturas só fazem sentido se estiverem integradas no sistema em alta? Então faça-se a avaliação e pague-se o valor correspondente. O que nós criticamos é a antecipação de uma renda por trinta anos, paga à cabeça, que consideramos altamente censurável. Sempre defendemos a redução da dívida sustentada da água

e o Senhor Presidente sabe que desde 2015 é uma obrigação dos municípios, porque a receita da água passou a ser consignada. A lei foi alterada por causa dos incumpridores e o valor da receita tem de ser gasto no pagamento da água que é comprada em alta.
Estamos a remendar uma situação que resultou de má gestão.
O Senhor Presidente da Câmara respondeu às questões colocadas.
Não podia deixar de vir aqui reafirmar que fiz parte dos executivos anteriores com o Senhor Dr. João Batista, com muito orgulho. Fizemos em Chaves muita e boa obra, nomeadamente utilizando verbas provenientes da receita da água, que não se pagou. Mas por isso, não estou inibido de ter vontade própria e de poder dirigir a Autarquia de uma forma diferente. Disse aqui várias vezes e volto a afirmar hoje que quero pagar as dívidas todas o mais rápido possível. No ponto da ordem de trabalhos destinado ao Orçamento poderão verificar o que já foi possível pagar em 2015.
Não é verdade que a lei obrigue as autarquias a utilizar todo o valor da receita da água para pagar água. E obrigatório consignar 50% desse valor e a Câmara de Chaves, neste momento, está a pagar a 100%, todas as faturas que entram nos serviços. Estamos a pagar as dívidas do passado.
Posta à votação a Proposta foi aprovada com 46 votos a favor, 2 abstenções e 12 votos contra. Aprovada em forma de minuta para seguimento imediato. ----------
O Senhor deputado Nuno Vaz Ribeiro apresentou declaração de voto: " em nome dos eleitos do Partido Socialista, na Assembleia Municipal, votamos contra esta proposta com base nos seguintes fundamentos: O partido Socialista alertou, sucessivamente, para as consequências resultantes do não pagamento à ATMAD do preço pelo fornecimento de água e do tratamento do saneamento de águas residuais, em especial da faturação que não tinha sido contravertida e que era aceite pelo município e por isso não impugnada, contenciosamente. Reiteradamente o PS de Chaves chamou a atenção para as consequências nefastas das finanças do município e por esta via para as bolsas dos flavienses, para as más práticas de gestão e de tesouraria. A política de financiamento baseada no não pagamento aos fornecedores conduziu à situação de estrangulamento financeiro do município, que culminou com o recurso à solução de saneamento financeiro. Este é um dos muitos exemplos de má governação, de gestão incompetente pois não pode ser qualificado de outra forma quem deixou em dívida dois milhões, trezentos e vinte dois mil, e cinquenta e seis euros e trinta e dois cêntimos, da qual mais de um milhão de euros são de juros de mora. Constitui decisão de má gestão fazer um acordo transação, com recurso a rendas futuras, que deveriam ser utilizadas para melhorar a eficiência da rede e para acabar com as fugas de água e saneamento. Esta é uma oportunidade perdida para tornar o sistema de água e de saneamento rentável. Não aceitamos ter papel de notário e não de verdadeiros intervenientes e decisores pois fomos confrontados com uma decisão já tomada e contratos já assinados.
Por último, por envolver o reconhecimento de uma dívida de juros de mora, superior a um milhão de euros, incluindo também o valor de rendas significativas, sobretudo rendas vencidas, entendemos que este contrato, deveria ser objeto de fiscalização do Tribunal de Contas".

PONTO 6 – EXERCÍCIO DO DIREITO DE OPÇÃO DE VENDA DAS AÇÕES DETIDAS PELO MUNICÍPIO DE CHAVES NA SOCIEDADE "ÁGUAS DO NORTE, S.A."; - ARTIGOS 30º E 31º, DO DECRETO-LEI N.º 93/2015, DE 29 DE MAIO. PROPOSTA Nº. 122/GAP/15;

O Senhor Presidente da Câmara fez a apresentação da Proposta**.**

Na Assembleia Municipal de Junho Câmara Municipal foi pedido autorização a este Órgão para a negociar a venda das ações detidas na Sociedade Águas do Norte. A Assembleia Municipal autorizou claramente essa venda, se fossem vendidas próximas do seu valor nominal.

A proposta de aquisição apresentada pela Sociedade das Águas do Norte à Câmara Municipal, apresenta o valor nominal de um euro e caso se concretize essa venda, os dividendos serão distribuídos, o que até hoje nunca aconteceu nem à Câmara Municipal de Chaves nem a qualquer outra de Trás-os-Montes. Isto parece-me ser uma boa medida de gestão. Não ficamos a perder qualquer capacidade de intervenção no seio da empresa Águas do Norte, já que também nunca a tivemos no seio da empresa das Águas de Trás-os-Montes em que os administradores são os mesmos e a atitude de total prepotência não mudou, certamente.

De qualquer forma e apesar de tudo, com a criação deste sistema multimunicipal "Águas do Norte" é criado um Conselho Consultivo onde todos os consumidores têm assento. Isto significa que a Câmara Municipal de Chaves ao alienar as ações que detém nas Águas do Norte, não tem assento nas Assembleias Gerais mas tem assento no Conselho Consultivo dado que vai continuar a comprar a esta Empresa, água para depois a distribuir e vai continuar a entregar-lhe as águas residuais para tratar.

Não posso deixar de felicitar o governo anterior por ter tido a coragem de criar um sistema multimunicipal que beneficia os municípios do interior na medida em que estávamos a comprar a água a 0,69€/m3 e baixou agora para a 0,55€/m3. Esta medida torna o nosso sistema sustentável. Se se mantiver a água nestes valores não teremos necessidade de atualizar tarifas nem de fazer aumentos extraordinários. Haverá atualização em função da inflação, conforme está previsto na lei.

Entendo isto como uma medida de boa gestão e vamos de encontro ao pedido do Partido Socialista que é pagar dívidas em atraso, cujas faturas estão perfeitamente identificadas.

Intervenções:

Anselmo José Martins do **PS** – disse que pediu a palavra para dizer expressamente que vai votar contra esta proposta.

"Num passado recente o antecessor do Senhor Presidente da Câmara propôs a esta Assembleia a venda das ações que a Autarquia detém na EHATB. Nessa altura, fomos suficientemente convincentes para que não fosse feita a alienação dessas ações porque era um investimento altamente rentável.

Estamos a vender investimentos que foram feitos no tempo do PS e investimentos que são rentáveis. O que dá sustentabilidade a qualquer instituição não são as despesas, são os investimentos rentáveis, é com esses rendimentos que se fazem obras.

Eu sei que o Senhor Presidente da Câmara quer pagar as dividas mas nós não podemos concordar com a forma como esta dívida foi feita. Durante muito tempo

disseram nesta Assembleia que não necessitavam de contrair empréstimos quando estavam a financiar-se com o dinheiro das Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro e agora estamos perante um facto consumado. Não concordamos que seja alienado património que é rentável".

Fátima Liliana Fontes Correia do **PS –** cumprimentou os presentes e disse que conforme o seu colega de bancada acabou de explicitar esta proposta de alienação das ações da empresa Águas de Portugal, detidas pela Câmara de Chaves não é propriamente uma novidade.

Esta proposta é coincidente com uma proposta discutida em 2012 e nessa altura foi ponderada a possibilidade da venda das ações detidas pela autarquia na empresa EHATB. Tanto a proposta da altura como esta que agora nos é apresentada consubstanciam numa estratégia de angariação de dinheiro rápido para fazer face a dificuldades de tesouraria, sem valorizar os ativos de que estamos a abdicar. Isto é o que se costuma dizer em gíria «não olhar a meios para atingir os fins» pois o dinheiro resultante da venda destas ações não servirá para reinvestimento em áreas estratégicas, o que só por si seria menos criticável. A Autarquia nem chegará a ver o dinheiro, uma vez que servirá para pagar uma dívida à própria empresa. E não estamos a falar de uma empresa qualquer. Estamos a falar da empresa que detém a concessão da exploração e da gestão do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de todo o norte de Portugal. Estamos a falar das ações da empresa que gere um dos bens mais essenciais que existe em toda a zona norte do país e por isso devíamos valorizar a nossa participação e a presença na Assembleia Geral desta empresa, ao invés de nos desvincular de tamanha importância.

O ponto 26 da justificação da proposta diz que a alienação das participações locais em causa, irá implicar que o Município de Chaves perca a qualidade de acionista na empresa Águas do Norte, passando a constituir-se, para eleitos do sistema multimunicipal que abastece o Concelho, apenas como utente e consumidor do mesmo. Ficamos no Conselho Consultivo que é apenas de consulta e não tem qualquer valor vinculativo. Como é que nos podemos resignar ao facto de o Município de Chaves perder o seu estatuto de acionista numa empresa que gere um bem tão essencial como a água, passando a ser um mero consumidor. Isso porque necessita de liquidar uma dívida que criou à custa dos cidadãos do concelho que pagaram atempadamente a água que consumiram e que não mereciam serem desvalorizados desta forma. Como se tudo isto não bastasse vamos olhar apenas para os aspetos financeiros deste negócio.

Estamos a falar de um ativo com uma rentabilidade média de cerca de 10% ao ano. Do que se depreende da proposta, desde outubro de 2001, data em que foi constituída a sociedade Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, até 30 de junho de 2015, a sociedade gerou uma rentabilidade de um milhão, cento e dois mil, setecentos e quarenta e um euros. Gostaria de saber se o Senhor Presidente e os membros desta Assembleia conhecem muitos ativos que atualmente tenham tal taxa de rentabilidade, 10%.

O próprio relatório do Revisor Oficial de Contas diz que a presente proposta se apoia parcialmente nas duas óticas de valorização. No entanto se é verdade que o valor total da proposta excede claramente o valor patrimonial da participação, à data de 30 de junho, já o seu valor de rendimento poderia ser superior ao valor da proposta se

no futuro se mantivessem os atuais níveis da EBITDA. Estamos a falar de uma empresa que apresenta EBITDA em 2013 e em 2014 valores superiores a vinte e seis milhões de euros.

Para além de se tratar de um bem essencial que deverá manter-se na esfera pública. É um ativo financeiro com rentabilidade positiva e como tal o Partido Socialista votará contra esta proposta de alienação de ações, tal como votaremos sempre contra qualquer proposta que hipoteque o nosso futuro para fazer face a estrangulamentos financeiros criados por estratégias de gestão falhadas, de governação autárquica do PSD.

Carlos Afonso Moura Teixeira do **PSD** – disse que a solução apresentada através desta proposta visa diminuir a dívida da autarquia, o que, pelas intervenções da bancada do PS parece censurável, mas o aumento da tarifa também seria censurável.

Era bom que o Partido Socialista assumisse aqui que apoia o aumento da tarifa, situação que nós, bancada do PSD não defendemos.

Voltando aos números reafirmo que pelo mesmo serviço que nos vem sendo prestado, a partir de 1 de janeiro de 2016 passamos a poupar trezentos e oitenta mil euros por ano.

Entre os anos de 2006 e 2015 o número de colaboradores efetivos, da Empresa Águas de Trás-os-Montes era de 152, passando para 221 em 2015. Isto significa que andamos todos estes anos a sustentar uma máquina enorme e que a rentabilidade era ao nível dos recursos humanos porque o serviço é prestado de igual forma, apesar de se pagar menos por ele. É curiosa essa proteção que é feita às Águas de Trás-os-Montes, em detrimento do benefício que nos é apresentado agora na redução da tarifa. Haverá aqui alguma coincidência pelo facto de os colaboradores terem alguma afinidade particular com o Partido Socialista? Digo isto porque muitas vezes somos confrontados com uma empresa pública, de capitais públicos e é caso para perguntar? 225 colaboradores sem que fosse publicada qualquer oferta pública de emprego? Nenhum concurso público para admissão de pessoal? Neste caso verificamos que em apenas um ano foram admitidos mais 69 colaboradores sem que, a Câmara de Chaves, como acionista tivesse qualquer colaboração nesta gestão do quadro de pessoal.

O Senhor Presidente da Câmara já nos disse repetidas vezes que enquanto acionista da empresa nunca foi tido nem achado neste aumento de recursos humanos que totalizam, por ano, uma despesa estimada de cinco milhões duzentos e doze mil euros. Foi Chaves que, de alguma forma, sustentou uma determinada maneira de ser e ainda bem que agora estamos nas Águas do Norte porque, de facto, a tutela continua na premissa do estado. É graças a esta empresa, criada pelo anterior governo, que nos baixaram o preço da tarifa.

Com o pagamento das rendas a Autarquia arrecada um milhão e oitocentos mil euros e com a venda das ações arrecada mais oitocentos e cinquenta mil euros, perfazendo um total de dois milhões e seiscentos e cinquenta mil euros, que será utilizado para amortizar a dívida, como é pedido.

Se considerarmos que a tarifa atual baixará, permitindo uma poupança de um milhão e novecentos milhões de euros/ano, essa poupança será de quatro milhões e meio de euros em cinco anos. É importante decidir como é que nós, flavienses podemos

assegurar o nosso modelo de distribuição em termos de rede. Isso é inalienável. É propriedade municipal e assim vai continuar enquanto o Senhor Arquiteto Cabeleira for o Presidente da Câmara.

Entendo que ao fim de tantos anos é bom que sejam normalizadas relações como uma empresa que nos dá segurança no abastecimento desejando que essa segurança seja mantida por muito e bons anos.

Interessa agora saber porque é que o Partido Socialista, uma vez no governo, quer destruir as Águas do Norte. O atual Ministro do Ambiente é o anterior Presidente das Águas do Porto que tem um complicado antagonismo com este modelo de solução que a nós, flavienses, beneficia. Apelamos ao líder da bancada do PS para que use a sua magistratura de influência para que o preço da tarifa seja mantido ou até reduzido, nunca que seja aumentado. Isso seria um abuso de posição dominante e fomos todos nós, através do défice tarifário que pagamos este abuso de posição dominante. Não permitam que nos destruam este património que agora herdamos só porque foi criado pelo governo PSD/CDS/PP.

O que aqui está em causa é que não temos qualquer intervenção na gestão da Empresa e se as ações que detemos não nos proporcionam qualquer rentabilidade, então vendam-se. Estamos disponíveis para o debate sério sobre esta matéria.

Nuno Vaz Ribeiro do **PS –** disse que quando o Senhor Engenheiro Carlos Afonso fala de posição dominante está certo e isso é indiscutível. Todas as empresas que detêm sistema de monopólio têm posição dominante.

"Não podemos aceitar que nos façam uma acusação de que vimos aqui defender a posição das Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro/Águas do Norte, porque isso é ignóbil. Nós sempre nos bateremos pelo interesse do Município, pelo interesse dos flavienses; nunca estaremos ao lado de interesses que não sejam coincidentes com os nossos.

Quanto á questão da contratação de recursos humanos, essa questão deve ser colocada ao Conselho de Administração em funções e aos anteriores e perguntar-lhe sobre os critérios de seleção e de admissão de pessoal. Faça-se isso. Mas também entendo que esse rigor de seleção deve ser colocado na Empresa Municipal, na CIM etc. Refiro no entanto que o critério da transparência é bom e deve ser respeitado, seja em que organismo for.

Estamos aqui a falar da venda de património; as ações são património; as infraestruturas são património e muito dele foi obtido por uma gestão autárquica do Partido Socialista. Estamos a vender ativos que foram construídos no passado e que vão ser utilizados para pagar má gestão e muitos juros".

Carlos Afonso de Moura Teixeira do **PSD –** disse perfilhar algumas das afirmações do Senhor deputado Nuno Ribeiro das quais tomou boa nota.

Tal como o Senhor também defendemos a ética republicana em todas as contratações e em todos os organismos mas certamente não iremos a tempo para este postos de trabalho que foram criados no ano de 2015.

Sendo o governo do PS, como afirma o Secretário-geral do Partido Comunista, com intervenção na holding Águas de Portugal/Águas do Norte, não permitam que a situação seja revertida. Não permitam que nos aumentem o preço por um serviço que nos é fornecido em regime de exclusividade e, pela faturação que nos foi apresentada, em meu entender, por abuso de posição dominante. Reparem que nos

é fornecido o mesmo serviço a um preço bem mais baixo e mesmo assim os senhores argumentam que existe rentabilidade, mas a verdade é que nunca foram distribuídos quaisquer dividendos pelos municípios.
O que nós queremos e suponho que é consensual nesta Câmara, é que não nos aumentem o preço da água. Forneceram-nos durante muitos anos o mesmo serviço a um preço muito mais elevado e fomos nós que o pagamos. Muita da dívida está nessa diferença de preço.
A venda destas ações das quais nunca retiramos qualquer rentabilidade, nos últimos catorze anos é em alternativa ao aumento de tarifas que o Senhor Presidente da Câmara não propõe. E, com estes valores que acabamos de referir, não sei até que ponto uma descida na tarifa do serviço de água não seria possível. Uma vez reduzidos os encargos fixos, ou a manuteno da rede ou a descida da tarifa. Seria uma hipótese de estudo, antes do ano de eleições para que depois não o acusem de eleitoralismo.
Fátima Liliana Fontes Correia do **PS –** referiu a intervenção do Senhor deputado Carlos Afonso e disse:
"Senhor deputado Carlos Afonso deixe que lhe corrija uma questão porque é já a segunda vez que diz que estamos a falar de ativos que não têm rentabilidade. Refiro, mais uma vez, que estes ativos têm uma rentabilidade média de 10% ao ano e se consubstancia neste milhão de euros que vamos receber".
O Senhor Presidente da Câmara respondeu às questões colocadas.
As ações que estão a ser alienadas não foram constituídas em nenhuma gestão do Partido Socialista. Foram pagas por uma gestão autárquica do PSD. Não estamos a alienar nenhum ativo construído no passado. Com essa afirmação não sei se o Senhor deputado Nuno Vaz pretende confundir a Assembleia ou se quer confundir-se a si próprio.
A proposta do ponto anterior consubstancia-se num contrato de cedência; não de alienação. E como disse e bem o Senhor deputado Francisco Preto pode ser revertido a qualquer momento. O que estamos a alienar é um ativo que no vosso entender tem rentabilidade mas que nunca se tinha sentido, a não ser agora no momento da venda. Nunca a Empresa Águas de Trás-os-Montes distribui qualquer dividendo. Ao vender tem a obrigação de lhe atribuir o respetivo valor. Os Municípios que não vendem não vão receber nenhuns dividendos.
O desejável era que esta empresa não tivesse rentabilidade desta forma; 10% ao ano? À custa de quem? À custa dos municípios porque estes não fizeram refletir isso no consumidor. Ficaram eles com o ónus. O que nós queríamos era que o sistema multimunicipal não tivesse dividendos para distribuir; que tivesse um lucro pequeno para investir e manter infraestruturas, sempre que necessário. Os municípios não querem receber dividendos, queriam e querem a água a um preço mais baixo.
Posta à votação a Proposta foi aprovada com 52 votos a favor, 3 abstenções e 13 votos contra. Aprovada em forma de minuta para seguimento imediato. ----------

PONTO 7 - APROVAÇÃO DOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA O ANO DE 2016. APROVAÇÃO DO MAPA DE PESSOAL, AO ABRIGO DA LEI 12-A/2008, DE 27 DE FEVEREIRO. - VERSÃO DEFINITIVA. PROPOSTA Nº 125/GAP/2015;
O Senhor Presidente da Câmara fez a apresentação da Proposta**.**

Importa, neste momento, analisar a evolução da dívida. Começamos o ano de 2015 com uma dívida a terceiros de 45,0 M€, em fevereiro desceu para 43,0 M€, em abril desceu para 41,5 M€, em junho desceu para 39,5 M€, em setembro desceu para 39,0 M€, em 2 de dezembro desceu para 36,2 M€ e estimo que em 31 de dezembro se fixe em 34,0 M€. Constata-se, assim, uma redução de 11 M€.

Quero ainda expor-vos a evolução do Prazo Médio de Pagamentos. Em 31.12.2013 era de 231 dias, em 31.12.2014 de 168 dias, em 30.06.2015 de 138 dias, em 30.09.2015 de 68 dias, deixamos de violar o Prazo Médio de Pagamentos superior a 90 dias, e perspetivo que em 2016 desça para 45 dias, cumprindo-se o previsto na lei, ou seja inferior a 90 dias.

Por outro lado, somos credores (dívidas de terceiros a receber pela câmara municipal) de 14,0 M€.

Não quero classificar o desempenho da gestão financeira de 2015, fica à consideração da digníssima Assembleia.

Em 2016 a dívida de curto prazo deixará de limitar a ação governativa, pela simples razão: Em 2016 não haverá dívida de curto prazo refletida nas contas municipais.

Em 2016 integraremos a dívida da extinta empresa MARC,SA e mantemos o litígio com a empresa Águas do Norte.

O orçamento de 2016 foi elaborado de acordo com esta realidade e com base nos recursos disponíveis. Possui uma redução, relativamente ao do ano de 2015, de **cerca de 3 milhões de €**.

É um orçamento que se ajusta à realidade do Município, **pois os recursos são limitados, e terão que ser afetados de uma forma eficiente tendo em conta as opções políticas do executivo Municipal.**

Um Orçamento tem opções políticas no seu Plano e não é mais do que a quantificação dessas opções.

Este Orçamento assenta em dois vetores fundamentais:

- Garantir a continuação da prestação de serviços de qualidade, pela Autarquia aos cidadãos;

- Continuar a Consolidar/Estabilizar financeiramente a Autarquia em 2016, pois com a nova lei 73/2013, de 3 de Setembro, (novo regime financeiro das autarquias) se estabelecer um orçamento que se adapte a este novo regime financeiro (taxa de execução das receitas igual ou superior a 85%).

- O quadro comunitário de Apoio ao Investimento – Portugal 2020, possui perspetivas limitadas para os investimentos municipais.

Continuaremos a desenvolver políticas de dinamização cultural, social e económica, para a construção de um futuro, em que todas as dimensões da sociedade alcancem modernidade e diversificação de oferta à população residente e visitantes.

A criação de emprego e a estimulação de jovens empreendedores, o apoio a estratos sociais desfavorecidos e a revitalização de equipamentos sociais, traduzem objetivos que pretendem aumentar a coesão social e o bem-estar dos nossos munícipes.

Neste contexto, elencam-se algumas das prioridades estratégicas do município, a desenvolver em 2016:

- **Educação**

  Possuímos um nível de apoio às famílias superior ao que a Lei exige, a saber:

  - Para os alunos do escalão A a lei estipula para o 1º e 2.º anos 39,60 €, estamos a atribuir 60,00 €;

  - Para os alunos do escalão A a lei estipula para o 3º e 4º anos 45,80 €, estamos a atribuir 70,00 €;

  - Para os alunos do escalão B a lei estipula para o 1º e 2.º anos 17,80 €, estamos a atribuir 30,00 €;

  - Para os alunos do escalão B a lei estipula para o 3º e 4º anos 22,90 €, estamos a atribuir 35,00 €.

  Este aumento de despesa orça em mais 10.000 €.

  Estendemos a componente de apoio à Família / Prolongamento de horário a todos os estabelecimentos de educação pré-escolar com 6 ou mais alunos, representando um significativo acréscimo de despesa em prestação de serviços e despesa de funcionamento das escolas.

  Suportamos o custo com refeições escolares dos alunos carenciados.

  Apoiamos os passes dos alunos carenciados do ensino secundário no valor aproximado de 12.000 €.

  Como sabem de acordo com a lei é competência das Juntas de Freguesia fornecer o material de limpeza e de expediente às escolas do 1º ciclo e de educação pré-escolar, a Câmara através de protocolo está a assumir essa despesa que orça anualmente em 27.000 €.

  Vamos requalificar a rede de Jardins de Infância e as Escolas de 1º Ciclo de:

  - Jardim de Infância de Vidago;

  - Jardim de Infância de Chaves (Cino-Chaves);

- **Cultura**

Vamos colocar em funcionamento o Museu de Arte Contemporânea Nadir Afonso e a disponibilização para visitas do Museu das Termas Romanas.

Em colaboração com as associações locais, desenvolveremos os seguintes eventos:

- Festa dos povos;
- Flaviafest;
- Exposições de artes plásticas;
- Exposição Fotografa / Raid Fotográfico;
- Encontro de Escritores;
- Workshops destinados à divulgação do património cultural.

- **Desporto**

Disponibilizamos instalações desportivas, incluindo a utilização dos pavilhões dos agrupamentos de escolas, de forma gratuita para os clubes com atividade desportiva federada. O custo das instalações desportivas dos agrupamentos orça anualmente em 35.000 €.

Vamos responder às crescentes solicitações e exigências nesta área, através de:

- Conclusão do projeto do Palácio da Água (piscinas municipais);
- Parque Urbano Desportivo (transformação do parque multiusos de Santa Cruz em parque urbano desportivo):
  - Complexo de Ténis;
  - Campos de Futebol de 11.
- Requalificação do Estádio Municipal Eng.º Manuel Branco Teixeira;
- Circuito de Manutenção no Parque Urbano da Madalena;
- Ciclovia do Tâmega;
- Ampliação da Pista de Pesca.

- **Juventude**

As políticas de juventude constituem um processo contínuo de interação entre os responsáveis políticos, os jovens e as suas associações. A participação dos jovens deve efetivar-se em todo o processo de definição, execução, monitorização e avaliação das políticas locais de juventude.

- **Inclusão e Solidariedade Social**

A dinamização de políticas de ação social na nossa sociedade tem que ser capaz de concretizar a nossa matriz humanista. Pela conjuntura em que o país vive, pelas

dificuldades que as populações sentem, é intenção deste executivo desenvolver ações concretas, por forma atenuar as carências dos cidadãos, reabilitando aos poucos a qualidade de vida. Para tal vamos:

- Dinamizar o "Fórum Social" (participação de todas as IPSS do concelho);
- Valorizar o papel das IPSS (reconhecemos a enorme importância das IPSS no desenvolvimento sustentado e no reforço da coesão social do concelho);
- Promover uma eficiente articulação entre as IPSS, a Câmara Municipal e outras instituições;
- Apoiar a construção de Equipamentos para a Terceira Idade;
- Apoiar a criação de um Centro para Apoio a Pessoas Portadoras de Deficiência;
- Dar uma atenção especial às pessoas portadoras de deficiência e aos extratos sociais mais desfavorecidos;
- Dinamizar a implementação do Cartão Municipal de Famílias Numerosas.

A gestão económica e financeira do Município assenta no pressuposto de que a atividade a desenvolver tem subjacente o cálculo, à priori, das receitas e das despesas. O orçamento é assim um quadro de natureza contabilística, onde são previstas todas as receitas que a Autarquia pretende arrecadar e as despesas que pretende realizar.

Assim temos:

DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2016

RECEITAS	MONTANTE	DESPESAS	MONTANTE
Correntes	32.773.659,95 €	Correntes	24.796.686,21 €
De Capital	5.819.559,81 €	De Capital	13.796.533,55 €
TOTAL GERAL	**38.593.219,76 €**	**TOTAL GERAL**	**38.593.219,76 €**

Como podemos constatar no orçamento para 2016, temos uma poupança corrente de cerca de 8 Milhões de Euros, que vão financiar as Despesas de Capital.
No apuramento da receita, foi considerado o disposto no POCAL quanto à regra previsional da média dos últimos 24 meses.

Nas Receitas orçamentadas (Corrente e de Capital) previstas para 2016, num total de cerca de 38,6 M€, salientam-se as mais relevantes em termos quantitativos:

Impostos Diretos	IMI, IUC, IMT	5,4 M€
Impostos Indiretos	Taxas de Subsolo	4,8 M€
Rendimentos de Propriedade	Dividendos EHTB, Águas do Norte, EDP	3,1 M€
Transferências Correntes	FEF, FSM, IRS, DGESTE	12,7 M€
Venda de Água e Saneamento		2,9 M€
Resíduos sólidos		1,2 M€
Transferências Capital	Estado, Fundos Comunitários	3,9 M€
Alienação de Partes de Sociais	Águas do Norte	0,85 M€

Nas Despesas fixas (correntes e de capital) encontram-se orçamentados os gastos previstos para o ano de 2016, dos quais se salientam as mais relevantes em termos quantitativos:

Despesas com pessoal	Remunerações +SS; CGA+ Seguros	**8,5 M€**
Passivos Financeiros (**amortizações)**	Tesouro, Banca, PAEL, PTH, Empréstimo de curto prazo	**4,5 M€**
Juros e Outros encargos	Banca, Tesouro e Juros de mora	**2,4 M€**
Água e Saneamento	Águas do Norte	**4,3 M€**
Resinorte e Rede ambiente	Resíduos	**2,1 M€**
Transportes	Transportes escolares + TUC	**1,5 M€**
EDP	Iluminação Pública	**1,3 M€**

As despesas com pessoal estão estabilizadas, prevendo-se a possibilidade de aumento dos vencimentos de acordo com o Programa do Governo. No ano de 2016 os Gastos com o Pessoal correspondem a cerca de 22% da despesa total da Autarquia.

Em 30 de Novembro de 2015, o Município de Chaves possuía 452 trabalhadores (em 31/12/2014 possuía 475 trabalhadores) e 2 avençados, não tendo trabalhadores em situação precária, estando todos com contrato de trabalho por tempo indeterminado. As duas avenças são o médico de trabalho e o consultor jurídico.

Importa referir que para o ano de 2016 estão previstos cerca de 0,5 M€ de subsídios para instituições sem fins lucrativos, nomeadamente associações desportivas e culturais.

Foi também orçamentado em transferências de capital para 2016 a verba de cerca de 1 M€, em que destacamos:

- Freguesias- Acordos de execução cerca de 700.000 €;
- Bombeiros cerca de 150.000 €.

O Plano Plurianual de Investimentos, contempla todos os projetos/ações que o Município se propõe desenvolver, e em alguns casos, concluir no ano de 2016, domiciliados nas respetivas Funções.

O valor previsto totaliza **7.162.829,81 €,** registando a seguinte representatividade quanto às funções que o compõem:

Análise da representatividade das Funções no cômputo das GOP´S e no Total do Orçamento				
	Total GOP´S	%	Total Orçamento	%
	7.162.829,81 €	100,00%	38.593.219,76 €	100,00%
Funções Gerais	1.396.537,84 €	19,49%	1.396.537,84 €	3,62%
Funções Sociais	3.574.994,05 €	49,91%	3.574.994,05 €	9,26%
Funções económicas	2.191.297,92 €	30,59%	2.191.297,92 €	5,68%

Foi manifesta intenção canalizar investimento para a Função Social, representando 49,91% no total do PPI/GOP´S e 9,26%, no orçamento Global.

É um orçamento de rigor, equilibrado em que as funções gerais, sociais e económicas estão na proporção das nossas prioridades e preocupações, sendo que as funções sociais absorvem quase metade da dotação orçamental, e do quadro acima descrito, verifica-se que um esforço significativo nas "funções sociais", no qual o município definiu como prioritário face à expressão numérica que foi prevista (cerca de 3,6 M€), como conferir apoio social aos mais desfavorecidos, idosos, jovens em risco, bolsas de estudo, bombeiros, habitação social, situação evidente de famílias carenciadas, etc.

Concluímos no presente ano as seguintes obras, e que totalizam um investimento em cerca de 11,8 M€:

- Museu Nadir Afonso
- Museu das Termas Romanas
- Projeto Áquae (Requalificação das Termas de Chaves)
- Balneário de Vidago e Requalificação da envolvente Aquanatur.
- Rodovia de Acesso Prioritário – lanço 3.

Persiste a preocupação em:

- Promover a redução nas despesas de funcionamento (comunicação, eletricidade, seguros, limpeza e higiene, material de escritório);
- Aumentar a eficiência na gestão dos sistemas abastecedores de água e recolha de águas residuais;
- Continuar a política de eficiência energética ao nível da iluminação pública e dos edifícios municipais;
- Manter o rigor na gestão financeira, procedendo ao pagamento de todas as faturas dentro do prazo.

Vamos em 2016:

- Elaborar os projetos para os Programas do Quadro Comunitário de Apoio entre 2014 e 2020, nomeadamente:
  - Palácio da água;
  -Pavilhão na Escola Nadir Afonso (para que em conjunto com o Pavilhão Gimnodesportivo e Mercado Municipal, constituam um bom espaço de exposições e feiras);

- Elaboração dos projetos da candidatura ao PEDU.

Em função do exposto solicito à digníssima assembleia municipal a aprovação dos documentos previsionais para o ano de 2016.

Intervenções:

Manuel Justino Matos Cunha da **CDU** – disse que a intervenção do Senhor Presidente da Câmara representa o retrato da situação a que chegou o nosso País. A área social é a prioridade. A tragédia social está aí. Nem o sofrimento foi igual para todos e nem foi distribuído equitativamente.

"O Senhor Presidente foi enumerando aquilo que dá a mais em relação àquilo que deveria dar, mas tudo isso representa um acréscimo de umas escassas dezenas de milhares de euros, ao mesmo tempo que se fala que só em juros de mora, da dívida da água, se paga um milhão e duzentos mil euros. Não é fácil chegar aqui e apresentar com muito detalhe todos estes números mas, apesar de ser um esforço importante, é bom que se tenha a noção de que o essencial do esforço social não é obrigação das autarquias mas sim do Estado. Apresenta-se um conjunto de ações com detalhe mas percebe-se que em termos de valor esse esforço não é assim tão grande.

Verifica-se no entanto que o Senhor Presidente não referiu valores/obras de investimento, criação de emprego. Todos nos recordamos da Plataforma Logística, do Mercado Abastecedor, do Parque Empresarial que resultou em insucesso mas que enchia os orçamentos anteriores. Apesar de tudo não há qualquer alusão a esses investimentos.

Temos um Orçamento que se preocupa em assegurar a prestação dos serviços que a Autarquia deve prestar, em equilibrar as contas e pagar as dívidas contraídas pela gestão PSD. É um Orçamento que demonstra uma tragédia social do país e como os sucessivos governos foram alienando cada vez mais responsabilidades para as autarquias, tem de acudir às situações mais preocupantes. Honra seja feita ao Presidente António Cabeleira que não aceitou algumas delas, apesar de outros municípios de gestão PSD o terem feito, nomeadamente nas áreas da saúde e da educação. Estamos nos mínimos olímpicos mas no pagamento dos impostos estamos nos máximos. Esta é a demonstração, tal como a CDU foi dizendo ao longo de anos, de que não é este o caminho. Estamos quase a voltar ao ponto de partida, a reorganizar esforços e pagar as contas honestamente, para depois voltarmos a conversar. Espero que desta vez com um pouco mais de humildade da parte de quem for executivo, não se esqueça todo este trajeto e se recorde aquilo que a CDU sempre defendeu. A CDU defendeu sempre uma autarquia que zelasse pelos interesses imediatos dos cidadãos; estradas em boas condições e bem sinalizadas, uma rede de abastecimento de água em baixa sem perdas nem roubos, uma boa limpeza dos resíduos, etc.

Saudamos o investimento no Museu Nadir Afonso, que consideramos importante, como é importante o Museu das Termas Romanas. É importante que tudo isso se traduza num projeto mais profundo e é um caminho importante mas é bom pensar que não temos uma região só voltada para o Turismo porque isso é o fim da dignidade de uma região. Concordamos que o Turismo tem de ser o motor essencial, concordamos que a cultura é essencial para o turismo mas queremos um Concelho e uma região que produza. É o caminho da agroindústria, dos produtos certificados e

houve uma altura em que a Autarquia parecia querer seguir esse caminho mas hoje o Senhor Presidente da Câmara não falou nisso".

Nuno Vaz Ribeiro do PS – Antes de fazer considerações sobre o Orçamento e as Grandes Opções do Plano disse que o Senhor Presidente da Câmara, na apresentação dos documentos em análise, começou por falar na prestação de contas em vez de falar no Orçamento para o próximo ano. Em abril será feita essa discussão e ver-se-á se diminuindo o passivo também não diminuiu, de forma substancial, o investimento e se os impostos não aumentaram de forma relevante.

"Este é um orçamento e um Plano com os quais não nos identificamos e tivemos oportunidade de o dizer ao Senhor Presidente da Câmara quando, em sede cumprimento do estatuto de oposição, lhe fizemos chegar um volume de trinta e quatro propostas e percebemos que, globalmente, nenhuma delas foi considerada, com exceção daquela que tem a ver com a redução da dívida à Empresa das Águas do Norte".

Este é um Orçamento que tem dois pecados originais. Insiste na falta de rigor, na identificação de todas as receitas e despesas previsionais para o ano de 2016. A título de exemplo prevê, ao nível de receita corrente, quatro milhões, setecentos e vinte e quatro mil, cento e oitenta euros e vinte e seis cêntimos, relativa à ocupação do subsolo, e, pelo que sabemos, até 2014, nunca recebeu valores relevantes. Não contempla, por exemplo, os encargos resultantes da internalização da dívida ao MARC e estamos a falar de encargos que tem a ver com um empréstimo de médio/longo prazo à banca, no valor de três milhões e quatrocentos mil de euros. Aliás, gostaríamos que o Senhor Presidente da Câmara nos explicasse quais foram os montantes de amortização e de juros que desde dezembro de 2013, data de decisão de liquidação do MARC, foram gerados e qual foi a solução encontrada para os acomodar. Estes juros não deviam ter sido objeto de nova decisão de autorização, pois é de aumento de dívida que estamos a falar. Estes são dois exemplos de falta de rigor deste Orçamento.

Outro dos aspetos que merece preocupação é o valor elevadíssimo dos juros bancários e juros de mora, que se concretiza em dois milhões, quatrocentos e quinze mil e sessenta e um euros e sessenta e dois cêntimos. Estamos a falar de quase dois milhões e meio de juros bancários e juros de mora e se a este valor somarmos as rendas devidas pelos leasings contratados para a aquisição de imóveis, estaremos a falar de mais de dois milhões e seiscentos mil euros, aproximadamente, de responsabilidades junto da banca; sem esquecer mais cinquenta mil euros de serviços financeiros resultantes destes empréstimos.

Temos uma dupla preocupação. A primeira pelo valor em causa, que suplanta largamente o valor em curso que o Município tem com compra da água, ou seja, estamos a falar que os juros de mora e os juros bancários são muito superiores àquilo que a Câmara de Chaves gasta com a compra da água à Empresa Águas do Norte. Os valores registados nos últimos orçamentos pagos às águas andam por um milhão e duzentos mil euros e neste orçamento o valor previsional dotado anda perto de um milhão e oitocentos mil euros, valor substancialmente superior àquele que resultaria da compra da água. Outra preocupação agregada tem a ver o seguinte: estamos a viver um tempo em que os juros estão muito baixos e se estamos a pagar dois milhões e meio de juros e se os juros são absolutamente

baixos, com valores até negativos, nalguns casos, o que é que isto poderá acontecer numa situação em que a taxa de juro normalize?

A pergunta que fazemos é como foi possível chegar a este valor de juros? Este dinheiro que é consumido sem que se vislumbre a utilidade seria essencial para requalificar os arruamentos da cidade; para beneficiar muitas das artérias da cidade que estão absolutamente degradadas e a carecer de rápida e urgente intervenção, por razões de segurança dos seus utilizadores, mas também por razões de boa imagem porque queremos ser um destino turístico. É importante que possamos dar uma boa imagem em termos de infraestruturas públicas, sejam de jardins, de monumentos, sejam também das respetivas vias municipais.

Uma outra nota tem a ver com o aumento brutal dos impostos diretos, sobretudo o IMI que em dois anos já vai com o valor acumulado de 22% de incremento. Em termos absolutos concretiza-se em mais setecentos e setenta mil euros. Sendo certo que o Município de Chaves não tem a taxa mínima, no que respeita à taxa de IMI, eu pergunto quais as diligências que foram feitas, recentemente, para corrigir algumas das inconsistências que existem ao nível do zonamento. O que foi feito pelo Município de Chaves na recente alteração dos coeficientes de localização dos imóveis deste Concelho? Gostaríamos de ter acesso e conhecimento das propostas que foram feitas pelo respetivo interlocutor e pelo Município de Chaves, quer no que diz respeito à habitação, ao comércio, aos serviços e à indústria, para percebermos se efetivamente o Município de Chaves tem zelado, ou não, pelo interesse dos munícipes, no sentido de que alguns ajustamentos, algumas distorções relativamente aos coeficientes de localização, que são absolutamente relevantes para a determinação do valor patrimonial, tenham sido levadas a cabo.

Os impostos diretos também sofreram um aumento de 30% e neste caso tem a ver sobretudo com a imputação da tal taxa de ocupação do subsolo. Por isso é que tem uma expressão muito grande, sendo certo que depois na Prestação de Contas veremos qual é a tradução efetiva dessa receita.

É para nós um motivo de preocupação o decréscimo brutal da receita de propriedade, desceu 40.67%, são menos dois milhões cento e cinquenta e nove mil euros.

Na venda de bens e serviços, ou seja de água, saneamento e resíduos sólidos urbanos, o aumento que os flavienses vão ter de suportar, em 2016, vai ser de mais 9.49%, o que termos absolutos significa mais quatrocentos e sessenta e três mil euros.

Na previsão do Orçamento de 2015, a previsão de arrecadação de receita de venda de água era de um milhão e noventa e um euro, sendo que a previsão para 2016 atinge já o valor de um milhão, trezentos e cinco mil euros. Fica aqui mais uma nota de preocupação com um encargo mais relativamente ao custo da água, este é mais um esforço que flavienses terão de suportar, a somar aos milhões de juros de mora e juros bancários, e tudo em resultado da desgovernação autárquica dos últimos anos.

A previsão da receita corrente para 2016 é próxima da prevista em 2015, só tem menos quarenta e nove mil setecentos e sete euros.

No que concerne à receita de capital deve ser assinalado a previsão do aumento em 92.78% da venda de bens de investimento. O mesmo será dizer que tem a ver com

a venda de terrenos e edifícios, apesar do valor, em termos absolutos, não ser muito expressivo.
Depois há aqui, o que presumo que seja a venda das ações, o valor de oitocentos e cinquenta e sete mil, quinhentos e quarenta e um, euros.
As transferências de capital sofrem uma redução brutal – 41.46% - menos três milhões, trezentos e vinte e um mil euros.
Ao nível das receitas de capital, e isto sim é que é preocupante, encolhem dois milhões, trezentos e cinquenta e dois mil, setecentos e trinta euros, ou seja, temos um orçamento exclusivamente centrado naquilo que são as despesas de funcionamento e despesas correntes, que não dão tradução efetiva aos princípios enunciados nas Grandes Opções do Plano.
Não vemos aqui aquilo que o Senhor Presidente falou, apoio ao emprego, apoio e estímulo aos empreendedores jovens e o apoio social.
Quando nas opões do plano se alude ao apoio social estamos a falar de intervir numa escola, num jardim-de-infância e no estádio municipal, e não de apoio às famílias e às pessoas mais carenciadas.
Temos a anotar uma componente de despesa que aumenta 12.65%, mais dois milhões setecentos e oitenta e quatro mil euros, sobretudo por causa de aquisições de bens e serviços, que aumentam de forma expressiva.
Nas despesas de capital constata-se um decréscimo de 53.22%. Este decréscimo da despesa de capital não é mais do que aquilo que o Senhor deputado Manuel Cunha há pouco referiu e que é o fraco desempenho no que tem a ver com o investimento.
As obras que se perspetivam executar, no próximo ano, aquelas que se encontram inscritas nas Grandes Opções do Plano, são poucas.
Basicamente são alocadas ao encerramento das tais obras que muitas delas já foram iniciadas há quatro, cinco e mais anos e a abertura de investimentos novos, com dotação relevante, não são muito significativas e à frente darei nota de quais são.
Em resumo: temos um orçamento feito com base em pressupostos errados que não incluem despesas que provisionalmente deviam ser assumidas e que preveem receitas que já se sabem que não vão ser arrecadadas. Esta falta de rigor custará caro, aliás, como certas decisões anteriores de índole idênticas, que se pretendeu ser pouco rigoroso e pouco criterioso e isto conduziu ao desequilíbrio financeiro, conduziu ao saneamento financeiro.
Depois tem a marca de ser uma agressão ao património dos flavienses. É um ataque despudorado ao bolso dos flavienses, que ataca sem dó nem piedade as casas, os terrenos e a sua carteira, pois vai obrigar-nos a pagar mais IMI e obriga-os a pagar mais água e saneamento.
Apesar desta agressividade fiscal e dos preços a verdade é que não consegue resolver a degradação acentuada das estradas e artérias viárias desta cidade.
Outra marca é que os impostos, taxas e preços aumentos, mas mesmo assim são insuficientes para fazer diminuir os juros de mora e os juros à banca.
Apesar dos inúmeros empréstimos que foram sucessivamente feitos, primeiro o empréstimo chamado “a pagar em tempo e horas”, depois o PAEL, de apoio à economia local, depois o saneamento financeiro, e, apesar disto tudo, os quais constituíram instrumentos de apoio financeiro à gestão, ainda se propõe, como

verão a seguir, contratar mais um empréstimo de curto prazo. Não percebe como com tantos milhões para pagar as faturas ainda é necessário contratar mais um empréstimo de curto prazo. Não é aceitável que depois de milhões e milhões de euros para pagar faturas ainda tenha de se recorrer a um empréstimo de curto prazo.

Este é um orçamento incapaz e insuficiente para apoiar o emprego, para apoiar a criação e fomento de empresas, para fixar jovens no concelho e para apoiar as famílias em risco.

Os valores no orçamento quer de capital, quer corrente, relativamente àquilo que é o apoio direto às famílias desfavorecidas não superam os vinte a vinte e cinco mil euros.

Não se encontra neste Orçamento dotação para apoiar os jovens empreendedores, apesar de o Partido Socialista ter apresentado oportunamente, uma proposta para o efeito.

Não se vê como se apoia o emprego.

É um Orçamento sem visão, sem futuro e sem a capacidade de transformação da realidade.

Este é um documento, no que diz respeito às Grandes Opções do Plano, marcado por uma visão enfermada pela visão do anterior governo. Aliás pelo XIX Governo Constitucional porque o enquadramento económico e social que lá está a ser feito, as fontes foram as bases e os fundamentos políticos que constavam do XIX Governo Constitucional porque as considerações que lá estão feitas sobre a evolução da economia e sobre os riscos decorrentes da governação socialista são exatamente idênticos e presumo que tenha sido a mesma fonte que foi utilizada para construir este documento.

Tenho que dizer que quanto às quatro prioridades enunciadas, sob o ponto de vista dos princípios eu concordo. Concordo com a criação de emprego, com o estímulo aos jovens empreendedores, aos estratos sociais desfavorecidos, também a revitalização dos equipamentos sociais. Eu incluiria aqui sobretudo uma grande prioridade que é o apoio à economia local e o que são os parceiros locais nas mais variadas áreas. Parece-me que é importante dinamizar o emprego local e dinamizar sobretudo os mercados locais. Não vimos, contudo, no PPI, que é o documento que depois tem a expressão que identifica sob o ponto de vista de dotação financeira, valores/verbas que possam concretizar essas estratégias. Os princípios enunciados são aceitáveis. Concordamos com eles mas a verdade é que depois no PPI não conseguimos encontrar os valores que possam acomodar essa estratégia.

O Senhor Presidente falou nas Funções Gerais, nas Funções Sociais e nas Funções Económicas. Veremos então que grandes investimentos existem nestas três grandes funções indicadas ao nível das Grandes Opções do Plano.

Em obras novas, no que diz respeito às Funções Sociais, temos a Casa Mortuária, temos o início da Loja do Cidadão, ainda que sem valores relevantes para 2016, porque as verbas relevantes são para 2017 e 2018.

Nas Funções Sociais, que o Senhor Presidente disse ser a prioridade principal, os investimentos relevantes para o próximo ano são o Jardim de Infância de Vidago, Jardim de Infância de Casa dos Montes, Centro de Convívio de Santa Maria Maior, remodelação do Estádio Municipal e arranjo do Largo das Freiras.

Se vocês pensassem em funções sociais pensariam nestas obras? Quiçá, nos Centros de convívio?!

O desafio que aqui deixo é que o Senhor Presidente da Câmara identifique, claramente, qual é o valor do apoio que através do Regulamento de Apoio Municipal aos estratos sociais tem previsto dar para durante todo o ano de 2016?

Qual o valor que concede de apoio às famílias, diretamente, para além desse apoio que é concedido na área da educação?

Certamente são valores que nos deixariam envergonhados.

Nas Funções Económicas temos a pavimentação de estradas, com uma dotação global de trezentos e quarenta e dois mil euros. Não acredito que com trezentos e quarenta e dois mil euros nós possamos fazer aqui os investimentos urgentes que são necessários fazer num conjunto de estradas absolutamente degradadas.

Depois, ainda, nesta função económica se prevê a requalificação dos corredores urbanos existentes.

É tudo o que de relevante tem o PPI.

Temos um PPI com pouca expressão.

Num Orçamento de trinte e oito milhões de euros estamos a falar, seguramente, de sete milhões de euros de investimento, sendo certo que parte desse valor não é verdadeiramente de investimento, como é o caso da amortização do capital dos empréstimos de médio e longos prazos contratualizados.

Para além disso era importante notar que fosse aqui dito, pelo Senhor Presidente, qual é o valor dos novos investimentos inscritos nas Grandes Opções do Plano; aquele que não é utilizado para despesas mais ou menos regulares e que não é utilizado para fechar projetos antigos.

Francisco José T. Lopes Silva Preto do **MAI –** disse que se está a discutir a previsão do Orçamento para 2016 e que não vai falar muito em números porque é sempre fácil trabalhá-los de uma ou de outra maneira.

"Nos dois últimos anos tenho vindo a dizer que enquanto não for feita uma auditoria externa às contas da Autarquia nunca votarei a favor de um Orçamento do Município. O Senhor Presidente da Câmara já disse que em 2016 iria pedir essa auditoria se entretanto ela não fosse feita pela tutela.

Estive a analisar as Grandes Opções do Plano e associei uma situação que considero muito grave. Quando me desloco para fora de Chaves, nomeadamente para o Porto, sinto alguma vergonha, quando colegas me dizem que somos dos que enviamos lixo através do rio Tâmega. A situação da poluição do rio é um problema grave e já ouvi o Senhor Presidente da Câmara a dizer em conferência de imprensa, que em 2016 vai ser feita o Emissário. Por essa razão pergunto ao Senhor Presidente da Câmara se este Orçamento contempla a verba para fazer a auditoria externa e também para a construção do emissário em Outeiro Seco.

Já não vou pedir a melhoria do Jardim das Freiras em 2016, mas fico à espera que no ano seguinte, que é ano de eleições, essa melhoria seja feita".

Nelson Paulo Gonçalves Montalvão do **PSD** – Disse que grande parte do que tinha para dizer relativamente aos documentos previsionais para 2016 já foi dito pela brilhante intervenção do Senhor Presidente da Câmara.

"No entanto, para além das prioridades estratégicas que foram referidas, como a Educação, a Juventude, o Desporto, a Inclusão Social, a Cooperação Institucional, a

Cultura, a Valorização do Território, também são probidades estratégicas deste Executivo Municipal a valorização das atividades económicas, designadamente da agricultura e do desenvolvimento rural.

Para além das premissas e dos pilares que aqui foram enunciados, em nosso entender, neste Orçamento há também duas ideias fundamentais que lhe estão subjacentes. A primeira é garantir a continuação da prestação de serviços de qualidade aos cidadãos, colocando sempre as pessoas em primeiro lugar. Por outro lado continuar a consolidar e a estabilizar financeiramente a Autarquia em 2016.

Efetivamente a sustentabilidade municipal tem de assumir uma nova dimensão focada em quatro paradigmas. A participação pública, a contenção dos custos intermédios, racionalizar equipamentos e recursos e a transparência e responsabilidade. A execução da política municipal sustentada, resumida na expressão, ação. Através da Modernização Administrativa, desmaterializando a relação entre munícipes e município e fomentando a gestão processual eletrónica dos processos, melhorando também os serviços disponibilizados pela autarquia e concentrando o atendimento do público, pelos serviços de um único fronte oficie. Mas uma segunda dimensão racional das infraestruturas, através da redução das perdas de água na rede, da racionalização do consumo de água, em infraestruturas municipais, como sejam os parques e os jardins e reduzir a quantidade de resíduos urbanos indiferenciados, enviados para o aterro e aumentando, em simultâneo, a taxa de recolha seletiva, de embalagens. Para o efeito deve adotar-se um conjunto de medidas proactivas de definição dos pontos de recolha dos contentores e dos ecopontos e envolver os nossos parceiros institucionais, as Juntas de freguesia nesta atividade. Controlar a proliferação e alargamento da rede de iluminação pública devendo, para o efeito, definir-se os critérios do alargamento da rede, mas também através da valorização da cidadania, reforçando o papel do cidadão através de um novo formato das sessões “Dar Voz ao Munícipe” em que a participação permita discussão de constrangimentos no exercício da atividade municipal, fomentando a discussão relativa em torno da eficiente gestão de recursos e das infraestruturas do Município.

Continuaremos a aprofundar a implementação do Orçamento Participativo.

Como tínhamos referido este é um Orçamento de rigor e equilibrado aos diferentes níveis.

Gostaria de citar, para terminar, uma vez que foi quase unanime, a opinião dos partidos da oposição, na análise deste documento, Barac Obama, no dia 4 de Novembro de 2008 quando ganhou as eleições:…«e aqui estamos nós, frente a frente com o cinismo e as dúvidas daqueles que nos dizem que não somos capazes e a quem respondemos com credo intemporal, que representa o espírito de um povo. Sim, somos capazes».”

Nuno Vaz Ribeiro do PS – usou de novo da palavra e disse:

“Estamos perante um Orçamento que tem muito pouco de inovador e de estruturante; estamos perante um Orçamento que na componente do investimento não tem instrumentos relevantes e não capacita o Município para poder fazer uma coisa essencial que é implementar uma nova lógica de gestão municipal.

Até aqui vivemos numa lógica de grandes investimentos; andámos sempre no jogo dos maiores de tudo. Queríamos ter tudo maior do que os outros. Queríamos ter um

Parque de Exposições maior que os outros, queríamos ter um Mercado Abastecedor maior do que os outros, queríamos ter uma Plataforma Logística tão grande ou maior do que os outros, ter uma Fundação maior que os outros. Quisemos ser sempre maiores do que os outros e todo esse dinheiro, a que chamamos investimento, que foi gasto nos últimos anos, traduziu-se neste aumento brutal do passivo e nos juros que agora temos de pagar, todos os flavienses têm de pagar.

Em última análise quem paga as incompetências e os desvarios de gestão são sempre os cidadãos. Nós, neste momento estamos a pagar todo um conjunto de más decisões porque temos muitos milhões investidos em infraestruturas que, na lógica do desenvolvimento local e do emprego, valem muito pouco.

Lanço aqui um desafio ao Senhor Presidente que é o de fazer um estudo para perceber os impactos económicos resultantes dos grandes investimentos feitos nos últimos anos, seja os diretos, seja os indiretos. Faça-se isso, perceba-se qual foi o impacto resultante do MARC, do Parque Empresarial, do Parque de Atividades, da Fundação Nadir Afonso e de todas as grandes infraestruturas que estão a ser feitas, designadamente as vias de acesso prioritário ao Hospital.

O impacto poderia ainda ter outras dimensões, designadamente económicas, ambientais e sociais. Isto porque, olhando para este Plano e Orçamento, a sensação que fica é a de começamos outra vez do zero.

Não podemos andar todos os anos a identificar prioridades estratégicas diferentes. Tem de haver uma constância de médio e longo prazo. O Orçamento é um plano de muito curto prazo; um ano apenas.

Dissemos no passado, e voltamos a dizer no presente, que concordamos com os investimentos feitos na área do turismo, que são fundamentais mas não podemos ficar apenas nesta área. Existem muitas outras áreas complementares, os serviços, o comércio, a indústria, a agricultura e as florestas.

A autarquia não se pode demitir de áreas fundamentais para o desenvolvimento local, pois são essenciais.

Também não nos podemos ter um orçamento que é consumido internamente, virado para dentro.

Em resumo, a sensação é a de que tantos milhões gastos serviram para muito pouco, fica a sensação do desperdício e da falta de utilidade para os cidadãos.

Ao nível do emprego, ao nível do estímulo aos jovens, ao nível do apoio social direto às famílias, ao nível da economia local, não consigo identificar aqui grandes instrumentos.

De obra nova este Orçamento tem os Centros de Convívio, os Jardim-de-infância, as obras no Estádio Municipal, uns investimentos junto ao rio.

É muito pobre.

Para quem disse que o Município de Chaves tinha um dos maiores investimentos do país, o que se prevê para 2016 fica aquém de alguns concelhos bastante menores do que o nosso".

O Senhor Presidente da Câmara respondeu às questões colocadas.

Pela intervenção do senhor deputado Nuno Vaz parece que é pecado haver aumento da receita decorrente do IMI, em Chaves, mantendo a mesma taxa dos últimos anos – 0.35%. Noutros municípios será virtude, mas em Chaves é imoral. Há muitos municípios de dimensão igual ao de Chaves que aplicam uma taxa superior a 0.35%.

É o caso de Viana do Castelo, Vila Real, e muitos outros em que a evolução é semelhante à nossa, porque decorreu da reavaliação do património e onde a receita é certamente maior porque tem tido um aumento de população maior, nos últimos anos. Por esse facto quando terminam as isenções, a receita aumenta.
Esteve recentemente em Portugal o Prémio Nobel da Economia, Senhor Joseph Sevens, que reuniu com os grupos Parlamentares do Bloco de Esquerda, do Partido Comunista, do partido Socialista e com o Governo português e a quem disse o seguinte: «a receita para Portugal é cobrar mais impostos para investir. Portugal precisa de investimento porque para crescer é preciso investir e para obter receitas é preciso cobrar mais impostos». Foi esta a receita do Prémio Nobel da Economia que veio reunir com os partidos que sustentam o Governo português. Em Chaves isso é pecado. Mas o mais importante é que em Chaves não estamos a aumentar os impostos. Estamos a manter rigorosamente os mesmos valores; a taxa de 0.35%. E esta nem sequer é a taxa intermédia. A taxa intermédia é de 0.4%.
Foi aqui referido que vai haver aumento na receita da água. Se eu disse que não vai haver aumento da tarifa é porque vai haver aumento de eficiência na cobrança e isso é uma das recomendações que nos fazem os partidos da oposição.
Fui criticado por expor/antecipar, de alguma forma a Prestação de Contas. Pergunto como é que alguém programa o futuro se não sabe qual é o seu ponto de partida? Era suposto agradar a todos que a redução da dívida da autarquia tivesse atingido o valor considerável de onze milhões de euros. E entrar no ano de 2016 sem dívidas de curto prazo é o caminho certo. A partir desse ponto estão reunidas as condições para que tudo corra bem em anos sucessivos.
Se por um lado vamos ter pouco investimento creio que é louvável deixar a Autarquia, sem dívidas de curto prazo, para quem vier a seguir e, no que me diz respeito, tudo farei para continuar como Presidente da Câmara de Chaves a partir de 2017.
A Câmara Municipal de Chaves não fez qualquer proposta de zonamento para alterar o IMI.
Quanto ao apoio ao investimento vem aí o Programa Portugal 2020 que tem muito milhões para investimento e isso não tem de estar no Orçamento municipal até porque nem é permitida a ajuda direta, dessa forma. Essa é uma competência do governo. Tenhamos nós capacidade para gastar o dinheiro que temos à disposição, só no Programa Regional “Norte 2020”. O meu receio é que não tenhamos essa capacidade e foi para isso que criámos o Gabinete para a promoção do investimento; para ajudar quem nos bate à porta a pedir ajuda, com os instrumentos que temos disponíveis.
O critério da admissão de pessoas é sempre pela competência mas os mais competentes não têm de ser do Partido Socialista; foi no GPI, é nas Termas de Chaves.
Os Senhores deputados da oposição referiram o investimento feito no Parque Empresarial como inútil. Eu considero-o como investimento de futuro, isto sem esquecer as empresas entretanto lá instaladas que eu considero importantes não só pela produção, como pelo emprego criado. É a fábrica das PELETES que emprega pessoas e ajuda a valorizar os nossos recursos florestais, a empresa Pastel Nor que emprega setenta pessoas, para além de outras empresas de menor dimensão, nomeadamente as unidades de produção de cogumelos. Quatro estão em condições

de entrar em funcionamento e encontram-se seis em fase de construção. O solo está infraestruturado e apareçam as empresas/pessoas que queiram investir através deste "Programa Norte 2020".

Senhor deputado Manuel Cunha eu não falei muito nas atividades económicas mas pela leitura do Relatório verificará que na agricultura e desenvolvimento rural – vamos promover o aumento da produção de produtos tradicionais, incentivando a criação de mais cozinhas tradicionais. Nós não construímos nem exploramos fábricas. A nossa competência é incentivar. Promovemos a comercialização dos produtos tradicionais através das feiras "Sabores de Chaves" e aqui fazemos investimento direto; proporcionamos a ida a feiras nacionais e internacionais aos nossos produtores. A última foi há bem pouco tempo na FIL em Lisboa. Promoveremos a aprovação de produtos de Chaves como produtos de indicação geográfica; fizemo-lo em relação ao "Pastel de Chaves" e isso tem permitido o desenvolvimento e a criação de novas unidades. Estamos a querer fazê-lo em relação a outros produtos.

Articularemos com o Clube de Produtores de Sabores de Chaves a promoção dos produtos de Chaves e para que fique claro foi o executivo municipal que incentivou a criação o Clube de Produtores que, conjuntamente, articulamos a melhor forma de promoção. O papel do Município reduz-se a isso. Não vamos construir explorações agrícolas, não vamos construir naves industriais; não vamos criar emprego pior essa via. O nosso papel é criar condições para que as pessoas possam investir.

A aposta na área do Turismo é estratégia, o Parque Empresarial é estratégia, a valorização dos produtos é estratégia. Não falamos constantemente no mesmo, como outros falam. É o caso do Senhor deputado Nuno Vaz que repetidamente vem aqui referir a divida e os encargos com a dívida. Temos de a pagar e estamos a fazê-lo; onze milhões de euros pagos num só ano é muito dinheiro. O mau era se não estivéssemos a pagar a dívida e os respetivos encargos e continuássemos a gastar como se a dívida não existisse.

Continuamos a fazer investimento. O investimento feito em 2015 foi de onze milhões e oitocentos mil euros.

A Rodovia de Acesso ao Hospital pode não ter interesse para o Senhor deputado Nuno Vaz que perguntou o que é que isso irá repercutir na economia. É verdade que estamos num tempo em que o setor imobiliário está em crise mas também é verdade que quando voltar a crescer temos boas avenidas com condições para instalar boas urbanizações. Isso é planeamento. Na ausência de planeamento, verificamos que durante muitos anos, foram construídos bairros mal estruturados sob o ponto de vista urbanístico e para que isso não se repita, o investimento municipal tem de criar as avenidas e as grandes infraestruturas viárias. Hoje estão feitas.

O apoio às famílias está no Orçamento na classificação económica 0408 – famílias – com uma verba de cento e oitenta e um mil euros. Para as instituições sem fins lucrativos temos quinhentos e três mil euros, para subsídios.

Senhor deputado Francisco Preto a palavra dada é para cumprir. A Câmara Municipal de Chaves está na lista para ser inspecionada há quatro anos. Até à presente data a Inspeção Geral de Finanças ainda não marcou a inspeção, que tem vindo a ser sucessivamente adiada, mas se em janeiro não nos chegar a comunicação de marcação a Câmara aprovará o caderno de encargos para a auditoria solicitada.

Em relação à construção do emissário se o Senhor deputado reparar, no projeto 243 021/2016.6 consta a valorização da bacia hidrográfica do Tâmega, a montante da cidade de Chaves. Tem previsto em dotação definida de quarenta e um mil euros e não definido duzentos e trinta e sete mil euros. Estamos a elaborar uma candidatura no âmbito da valorização das bacias hidrográficas para ajudar à despoluição da bacia do rio Tâmega. Também temos uma verba prevista para obras a jusante da cidade.
A montante da cidade queremos construir o emissário do Parque Empresarial e queremos proceder á substituição da fossa de Vilarelho da Raia por uma ETAR.
O Senhor deputado Nuno Vaz Ribeiro do **PS** – pediu de novo a palavra para dizer que a sua missão não é fazer a defesa dos outros concelhos.
"Cabe às forças político-partidárias deles fazer a defesa dos outros concelhos que enunciou. Se acham que as taxas são as corretas ou as incorretas não nos cabe a nós fazer essa discussão. A nós incumbe-nos fazer a discussão neste meio.
Surpreende-me que a Câmara de Chaves, no âmbito do zonamento que acabou de ser feito e cujo prazo terminou a semana passada, não tenha apresentado uma proposta de correção de alguns desequilíbrios de coeficientes. Não sei se todos sabem que o valor patrimonial depende de muitos fatores. Depende do investimento feito mas também da localização, do local onde se constrói a casa. Há desfasamentos e incoerências que deveriam ter sido corrigidos, talvez a Câmara de Chaves não o tenha querido fazer, evitando assim perda de receita.
É uma decisão por omissão. Outros Concelhos fizeram-no e até existe a obrigação de os peritos dos Concelhos vizinhos se juntarem no sentido de harmonizar coeficientes para as zonas de fronteira. Pelos vistos em Chaves isso não aconteceu.
Sabe porque é que a receita da água vai aumentar muito no próximo ano!? Porque em 2015 a autarquia propôs um aumento das tarifas muito significativo, é por isso que há mais receita. Sabe que houve aumento, nalguns casos de 14.42% e 6%. Estamos a falar no primeiro escalão de água que foi de 14.42%. Este aumento da receita decorre do aumento das tarifas. Eu li o Orçamento e sabia que o Senhor Presidente ia falar no apoio à família. Estamos a falar de contratos que vão ser feitos entre o Município e o Instituto de Emprego e Formação Profissional. O desafio que eu lancei foi que nos dissesse, em resultado do Regulamento de Apoio a Estratos Sociais desfavorecidos, qual é o montante que está previsto para o próximo ano, mas não o fez, pelo que lhe renovo aqui esse desafio".
O Senhor Presidente da Câmara respondeu dizendo que a verba que está prevista para apoio às famílias é absolutamente a necessária.
Há uma coisa que o Senhor deputado Nuno Vaz sabe melhor do que eu. É que ao longo do ano as dotações orçamentais podem ser corrigidas. E também deve saber que durante o ano que agora termina foram muitas propostas à reunião de Câmara para apoio a rendas. Infelizmente isso aconteceu porque houve mais pessoas a precisarem desse apoio e se a dotação inicial prevista não cobria o total da despesa, foram feitas as necessárias correções, ao longo do ano, para poder apoiar essas pessoas. Infelizmente isso aconteceu. E digo infelizmente porque houve pessoas que entretanto perderam o emprego e ficaram sem condições de poderem pagar a renda da casa porque o rendimento social de inserção é quase do mesmo valor da renda que tem de pagar. Para além disso, recentemente, recuperámos nove habitações dos Bairros Sociais e distribuímo-las por famílias carenciadas.

Apesar de em 2015 termos aumentado a tarifa da água, questão que foi aqui amplamente discutida, continuamos a ter a água mais barata do que muitos outros municípios, alguns até aqui bem próximos de nós, nomeadamente o de Vila Real.
O Senhor deputado Nuno Vaz está a pedir aquilo que é impossível. Por um lado quer que a Câmara aplique todas as taxas no mínimo, no sentido de recolher o mínimo de receita possível. Por outro lado critica o pouco investimento, dizendo que há poucas obras novas. O Prémio Nobel da Economia diz que a solução para haver investimento é aumentar os impostos e o Senhor deputado diz que a solução é haver um milagre.
Se calhar podíamos aumentar o IMI para 0.45% e arrecadávamos mais dois milhões de euros para investimento, porque como todos percebemos o serviço da dívida está realmente controlado. Mas não vamos fazer isso.
Manuel Justino Matos Cunha da **CDU** – voltou a usar da palavra e disse que durante anos a CDU levantou a questão sobre as obras de recuperação do Rio Tâmega.
Enquanto houve dinheiro as várias autarquias deixaram degradar o rio, dizendo que a competência para a intervenção era do Ministério do Ambiente e que não podiam fazer nada. Registo com apreço aquilo que o Senhor Presidente da Câmara disse sobre a despoluição do rio, mas recordo que durante anos, perante as perguntas da CDU, foi sempre dito que não podiam intervir no Rio Tâmega.
O Senhor Presidente da Câmara respondeu ao senhor deputado Manuel Cunha dizendo que não se podem confundir as coisas.
O Rio Tâmega degrada-se por causa das alterações climáticas. Hoje o nível de pluviosidade é francamente inferior ao de há alguns anos atrás. O caudal do Rio Tâmega no verão, nos últimos anos, é manifestamente insuficiente para podermos manter o espelho de água com qualidade. Estamos sempre a correr muitos riscos com esta situação. Quem não se lembra de há alguns anos, junto à Ponte Romana, o rio ser um lameiro onde pastavam animais. A autarquia gerida pelo Dr. Alexandre Chaves construiu dois açudes que permitem reservar a água e conferir um aspeto muito diferente à área urbana da cidade. 2014 foi o ano mais quente de que há registo e 2015 vai pelo mesmo caminho, provocando uma maior redução dos caudais.
A poluição gerada pelo Parque Empresarial provocada pelo colapso da mini ETAR, decorrente da má utilização por parte das empresas que ali laboram, não tem expressão no Rio Tâmega. Tem expressão efetiva na zona de Vale Salgueiro em Outeiro Seco, mas quando chega ao rio já está diluída. O mau funcionamento da fossa de Vilarelho da Raia também não tem expressão. O que efetivamente tem expressão e ocorre somente no período de Verão é redução drástica dos caudais provocada pela alteração climática; o regime pluviométrico mudou radicalmente, as grandes nevadas de antigamente não existem mais e para isso não existe solução, nem do Ministro do Ambiente. Certamente no futuro vamos ter necessidade de baixar os açudes para que os peixes não morram por asfixia.
Posta à votação esta Proposta foi aprovada com 56 votos a favor, 2 abstenções e 12 votos contra. ----------
A Senhora deputada Maria Zélia Valoura do CDS/PP apresentou a seguinte declaração de voto: “Quanto às alterações do Plano Plurianual de Investimento para

2016, face à versão provisória onde novos projetos são acrescentados, pese embora a boa intenção de que estes se venham a concretizar caso estejam reunidas as condições técnicas e financeiras, a dotação orçamental para os mesmos apresenta-os com uma alavancagem pouco prospetiva, nomeadamente quanto à pista de pesca, em relação ao arruamento no Campo Redondo em Vila Nova de Veiga, assim como em relação à aquisição de edifícios no Centro Histórico para habitação social. Mil euros por cada uma das ações propostas parece manifestamente insuficiente, mesmo como ponto de partida para a sua concretização, fazendo parecer que estes projetos ficarão somente no campo das boas intenções, mesmo que não seja esse o pressuposto.

Pese embora em relação ao Centro Histórico a medida referida "*aquisição de edifícios no centro histórico para habitação social* "como uma ponderação para a reabilitação do mesmo, deveria esta medida ser todavia aferida junto dos comerciantes, moradores e associações ligadas a este lugar para que pudessem ser capitalizados aportes críticos em relação a esta possibilidade. Mesmo ser feito um levantamento de necessidades junto de cada uma das entidades referidas, através de um inquérito onde ficassem registados também outros problemas do Centro Histórico para melhor serem solucionados.

A preocupação com o Centro Histórico e a sua requalificação é também manifesta na discriminação positiva, que a proposta de redução da taxa de IMI para este lugar revela, (mesmo, contrariando o plano de saneamento financeiro), apesar de ter votado favoravelmente a definição desta taxa por esta contemplar a redução deste imposto também para as famílias com filhos a cargo, esta redução deveria ir mais além e ser também extensível àqueles que têm idosos, convalescentes e pessoas portadoras de deficiência a cargo e que muitas vezes têm de adaptar as suas residências à mobilidade das pessoas de que cuidam, tendo em conta a solidariedade e a inclusão social referida na proposta de Orçamento para 2016. Essa mesma discriminação positiva deveria ser extensível a todas as localidades do concelho que têm conjuntos patrimoniais a salvaguardar tendo em conta também a valorização do território.

Na análise do relatório de proposta de orçamento para 2016 e no tocante à valorização das atividades económicas no item que refere comércio e serviços "*promoção do Centro Histórico como um grande centro comercial*", seria importante sobre estes assuntos (como já referi) ouvir os comerciantes, moradores e associações relacionadas com o Centro Histórico e aferir junto deles o que realmente consideram que faz falta para a promoção e atratividade do lugar. Urge, entretanto colocar em ação boas práticas para a dinamização desse lugar, como por exemplo a gratuidade do estacionamento no Centro Histórico para quem aí fizesse compras, assim como a aposta na animação e o aproveitamento de temas relacionados com as épocas festivas. Há cidades que já se apresentam como uma marca forte ligadas a determinadas épocas do ano por exemplo as chamadas Cidades Natal que sobressaem pela sua iluminação constituindo esta um chamariz tanto para os locais como para os visitantes. Nesse aspeto e como estamos na época natalícia gostaria de referir a atividade levada a cabo em Vila Real em conjunto com as juntas de freguesia em que está a ser organizada uma exposição de presépios no centro da cidade representando cada uma das freguesias daquele concelho um presépio que

revela as atividades tradicionais das freguesias, sendo isto também importante na relação com as freguesias.

Em relação à educação a proposta de orçamento poderia também incluir a promoção de ações de formação não formal ligadas à aprendizagem ao longo da vida, nomeadamente ligadas à promoção da saúde para públicos jovens e adultos, sobretudo junto da população idosa e das aldeias que estão mais distantes dos locais de formação formais.

No que toca à cultura a construção do museu etnográfico na vila de Vidago, apresenta-se como uma boa proposta, (apesar de não ser nova), tendo em conta o acervo etnográfico da região e pelo fato de haver particulares dispostos a ceder o seu espólio a um museu desta natureza.

Tendo em conta que os museus mais do que lugares para expor peças e coleções são lugares com uma função educativa, poderiam ser criadas parcerias com escolas e universidades, como por exemplos escolas de arquitetura e belas artes de forma a potenciar os recursos e os espaços de museus ligados a temáticas e a nomes de referência na arquitetura e nas artes a nível mundial, por exemplo serem extensões universitárias para formação prática e teórica.

Quanto ao centro interpretativo para o Mundo Rural faz todo o sentido a sua dinamização tendo em conta a nossa idiossincrasia. Sabendo que o fenómeno da emigração está muito ligado ao concelho de Chaves, esta temática deveria também ser aprofundada e incluída nas estruturas de projetos já existentes.

Gostaria, ainda de lembrar a existência da escola agrícola de Vidago que merecia também um impulso olhando às infraestruturas que já detém e ao legado que carrega.

Em relação ao turismo ações de educação não formal poderiam ser levadas a cabo com vista à sensibilização da população em geral para a importância de cada um como agentes empreendedores na promoção turística da região. Além da valorização do trabalho em rede com outras regiões turísticas.

No tocante à inclusão social e solidariedade e nos pressupostos das cidades amigas das pessoas idosas e portadoras de deficiência, as ações concretas deveria também passar pela disponibilização de tecnologia assistiva, nomeadamente na biblioteca, pela construção e reconstrução de passeios antiderrapantes, assim como a criação de um concurso anual de ideias em que a temática da deficiência fosse vista na perspetiva dessas pessoas, com o objetivo de combater estereótipos e preconceitos isto aliado à ação educativa e formativa.

Apesar do quadro relativo a dívidas a terceiros mostrar uma descida da mesma o que é sempre de louvar, falta descortinar à custa de quê. Se é por falta de investimentos ou por haver mais impostos cobrados.

Também se constata que há muitos processos judiciais em curso que caso venham a ser desfavoráveis à câmara, aumentará isso a pressão financeira da autarquia.

Também se verifica que nas obras adjudicadas existem valores que ainda não foram pagos existe uma diferença entre a taxa de execução e os trabalhos a mais que contribui para uma derrapagem nos valores apresentados nesta área.

Tendo em conta o exposto o voto é de abstenção".

O Senhor deputado Nuno Vaz Ribeiro do PS apresentou a seguinte declaração de voto: "Os documentos previsionais para o ano de 2016, Orçamento e Grandes Opções do Plano, estão marcados por dois pecados originais.
O primeiro resultante do enorme passivo que obriga a gastar mais dois milhões e meio de euros de juros e o segundo com a previsão de cinco milhões de euros a título de taxas de ocupação do domínio público que muito dificilmente serão arrecadas.
Os instrumentos previsionais que nos foram apresentados não são adequados para estimular a economia local e fomentar o emprego.
Este Orçamento e estas Grandes Opções do Plano não dão resposta às necessidades prementes da população, seja a nível de infraestruturas viárias, estradas e arruamentos municipais, das infraestruturas de água, de saneamento e dos resíduos ou no domínio dos desportos (não se prevê o início da construção das piscinas municipais).
Este Orçamento concretiza a agressão fiscal de grande escala ao nível do IMI e do IUC, mas também nos preços da água, do saneamento e dos resíduos sólidos urbanos.
As Grandes Opções do Plano não enunciam as linhas estratégicas e os investimentos que este concelho e os flavienses precisam para combater a falta de emprego, o abandono dos jovens e o aumento da população.
Não podemos concordar com o desperdício que é pagar dois milhões e meio de euros em juros à banca e juros comerciais.
Este Orçamento não responde às necessidades sociais e de apoio à família.
Por tudo isto, por ser um Orçamento e umas Grandes Opções do Plano que não respondem às necessidades das famílias e das empresas, votamos contra".

PONTO 8 - CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE CURTO PRAZO-EXERCÍCIO ECONÓMICO DE 2016 RELATÓRIO FINAL DE ANÁLISE DAS PROPOSTAS. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 57/DGF/2015;

O Senhor Presidente da Câmara fez a apresentação da Proposta**.** Antes, porém fez uma alusão à declaração de voto apresentada pela representante do CDS/PP sobre o ponto 7 em que foram discutidos os documentos previsionais para 2016. Disse não ser muito ético, fazerem-se declarações de voto sem participar na discussão porque dessa forma não permite que os seus argumentos possam ser esclarecidos. Fazia sentido que tivesse feito uma intervenção, que ouvisse os argumentos de quem apresenta o Plano e Orçamento e, no final, apresentasse declaração de voto. Apresentar declaração de voto sem participar na discussão não me parece ético.
Em seguida disse:
A proposta em análise é um empréstimo de curto prazo que como sabem chega a 31 de dezembro tem de estar integralmente pago. Este empréstimo destina-se apenas a reforçar a disponibilidade de tesouraria. Podem surgir faturas não previstas e socorre-se de este instrumento financeira que a lei permite, para as liquidar de imediato. Pode até nem ser necessário utilizar o valor.

Intervenções:

A Senhora deputada do CDS/PP, Maria Zélia Valoura usou da palavra para dizer que a sua declaração de voto justifica o seu sentido de voto.

Nuno Vaz Ribeiro do **PS** – disse ter alguma dificuldade em perceber a necessidade de contratação do empréstimo. É um empréstimo de curto prazo que tem de ser liquidado integralmente no exercício económico, respetivo.
Tenho dificuldade em perceber esta solução porque o Senhor Presidente diz ter um prazo médio para pagamento das faturas, baixo. Depois já foram contraídos três empréstimos para pagar faturas em atraso, no valor de mais de vinte milhões de euros, que geram todos os anos um nível de despesa com juros significativo e ainda tenhamos de ser confrontados com mais um empréstimo de curto prazo de um milhão de euros.
Para além desta minha dificuldade gostaria de saber relativamente à necessidade da contratação deste empréstimo, quais são os encargos daí resultantes para o Município, sejam de juros, sejam de serviços financeiros para 2015. Deviam ter vindo à Assembleia as propostas dos bancos, bem como o mapa que indica o valor das prestações e os respetivos juros relativamente a esse montante. Pergunto qual a estimativa, relativa ao ano de 2016, de custo deste empréstimo.
O Senhor **Presidente da Câmara** respondeu ao Senhor deputado Nuno Vaz Ribeiro dizendo que não sabe dizer quais são os encargos de juros porque estes serão calculados em função da utilização do valor do empréstimo. A Autarquia só irá socorrer-se do empréstimo se pontualmente precisar e o valor dos juros será, certamente, muito insignificante.
Posta à votação esta Proposta foi aprovada com 50 votos a favor, 10 abstenções e zero votos contra. Aprovada em forma de minuta para seguimento imediato. ----------

PONTO 9 - CELEBRAÇÃO DE CONTRATO-PROGRAMA ENTRE O MUNICÍPIO DE CHAVES E A EHATB-EMPREENDIMENTOS HIDROELÉTRICOS DO ALTO E BARROSO, S.A – ANO 2016. PROPOSTA Nº 124/GAP/15;
Intervenções:
Anselmo José Martins do **PS** – disse que todos se recordam que na década de noventa e na primeira década do século vinte, havia um programa nos fundos comunitários denominado INTERREG.
Através do INTERREG a Autarquia de então, liderada pelo Dr. Alexandre Chaves, recorria constantemente a este Programa para a promoção de ações imateriais e todos sabiam que aquele dinheiro só podia ser, rigorosamente, gasto naquele tipo de atividades.
Nessa altura a oposição dizia que a Câmara só gastava o dinheiro nas festas, esquecendo as ruas degradadas. Essas festas destinavam-se à promoção de produtos locais. Fazia-se a feira do Folar, promovendo este produto e a sua venda e trazia pessoas a Chaves; promovia-se a feira do Presunto. É certo que não se vendia o folar nem o presunto que era servido gratuitamente, mas fazia-se a promoção do produto.
Hoje a Câmara Municipal não vai buscar o dinheiro ao INTERREG mas vai à EHATB.
Se na altura que foi apresentada a venda dos ativos essa proposta tivesse tido seguimento, hoje não tínhamos este dinheiro para promover ações imateriais.
A bancada do Partido Socialista vai votar favoravelmente esta proposta.

António Manuel Pires Almeida do **PS** – cumprimentou os presentes e disse que foi com satisfação que recebeu esta proposta e que isso prova que era um crime termos alienado a participação do Município de Chaves na EHATB.
Era um crime pelo volume de receitas geradas por esta empresa que em 2015 tem um valor superior a dez milhões de euros. Isso permite hoje celebrar este Contrato-Programa entre o Município de Chaves e a Empresa EHATB para realizar algumas festas e feiras, importantes para a promoção dos produtos regionais. Lembro, no entanto que há outros setores que também precisam de ser promovidos. Para 2015 celebramos a assinatura de um Contrato-Programa no valor trezentos e quarenta e sete mil e quatrocentos euros e estamos agora a discutir esta proposta de trezentos e quarenta e nove mil euros. Chaves recebe em dois anos cerca de setecentos mil euros, por esta via. O Alto Tâmega recebe cerca de dois milhões de euros para promoção dos seus produtos regionais. É um valor significativo e é importante manter na posse do município, a participação nesta empresa.
Lembro ao senhor Presidente da Câmara que em 2015 estava previsto gastar numa feira em Vidago sete mil euros e vinte e três mil no eco Museu da Ribeira de Oura e Vidago. Penso que estas ações não tiveram execução na sua plenitude. Para 2016 não está previsto para aquela Vila qualquer investimento e gostava de saber a razão. Entendo que Vidago continua a necessitar de ser promovido nesta área, como noutras. Neste último fim de semana o Jornal Expresso publicou um caderno especial, com quinze páginas, sendo a maioria destinada a Vidago.
Em 2014 foi realizado em Vidago um Torneio de Golf integrado no Open Sénior de Portugal, comparticipado pelo Turismo Norte de Portugal com cem mil euros e calcula-se que tenha sido visto por trezentos e cinquenta milhões de pessoas em todo o mundo. É uma prova que deve ser mantida pela promoção que faz da região.
O Senhor Presidente da Câmara lembrou que esta Assembleia Municipal autorizou a Câmara Municipal a alienar as ações da EHATB. O Executivo Municipal é que entendeu não alienar.
Este Contrato-Programa inclui nas ações a promoção de eventos de divulgação de produtos e serviços regionais. O que estamos a programar para Vidago é fazer a feira da água, no âmbito da Euro cidade. Será um ano no Concelho de Chaves e o outro no Concelho de Verin, com início na Vila de Vidado, para promover as nossas água e através da promoção das águas estamos a promover o Turismo do Concelho e em particular Vidago.
Posta à votação esta Proposta foi aprovada por unanimidade. Aprovada em forma de minuta para seguimento imediato. ----------

PONTO 10 - CONVERSÃO EM ZONA EMPRESARIAL RESPONSÁVEL (ZER) – CONSTITUIÇÃO DA ENTIDADE GESTORA DE ZER. INFORMAÇÃO Nº 76/DAF/AMB/15;
Intervenções
Nuno Artur Esteves Ferreira Rodrigues do **PS** – disse que na sua ótica a constituição da zona, está correta porque não vai onerar financeiramente o município já que é feita com pessoal do seu quadro.
Perguntou se tornar esta zona numa zona economicamente responsável, também tem a ver com a recuperação do que lá está, nomeadamente as caixas de

saneamento, os cabos de eletricidade, do emissário e se desta vez é reposta a fibra, porque aquando da obra foi adjudicada e paga, ficaram muito troços onde não foi colocada.

O Senhor **Presidente da Câmara** disse que transformar a zona empresarial numa Zona Empresarial Responsável implica ter a preocupação com todas as estruturas, nomeadamente com as ambientais e permitirá à Câmara Municipal obter mais poder.

Hoje só temos poder de licenciamento e fiscalização das unidades tipo III ou IV e depois disto vai permitir a fiscalização, na íntegra, sobre todas as empresas, nomeadamente as do tipo II como é o caso da Pastel Nor, em que no processo de licenciamento a entidade responsável era o Ministério de Economia que não exigiu a colocação dos depuradores de gordura. Com a transformação em Zona Empresarial Responsável passa a ser a Câmara Municipal a entidade a tutelar tudo isso.

A fibra foi roubada e se houver necessidade será reposta.

Posta à votação esta Proposta foi aprovada por unanimidade. Aprovada em forma de minuta para seguimento imediato. ----------

PONTO 11 - MASTERPLAN DO CENTRO HISTÓRICO DE CHAVES- PROPOSTA DE APROVAÇÃO FINAL DO PROJETO DA OPERAÇÃO DE REABILITAÇÃO URBANA DO CENTRO HISTÓRICO DE CHAVES E PONDERAÇÃO E DIVULGAÇÃO DA DISCUSSÃO PÚBLICA - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE SALVAGUARDA DO CENTRO HISTÓRICO, DE 23.11.2015;

Não houve intervenções.

Posta à votação esta Proposta foi aprovada por unanimidade. Aprovada em forma de minuta para seguimento imediato. ----------

PONTO 12 - CONCURSO PÚBLICO PARA CONSTITUIÇÃO DE DIREITO DE SUPERFÍCIE DESTINADO À CONCEÇÃO, CONSTRUÇÃO, EXPLORAÇÃO E MANUTENÇÃO DE UM "PARQUE DESPORTIVO", EM FORTES, UNIÃO DAS FREGUESIAS DE SANTA CRUZ/TRINDADE E SANJURGE, CONCELHO DE CHAVES. PROPOSTA Nª 128/GAP/2015;

Intervenções.

Nuno Artur Esteves Ferreira Rodrigues do **PS –** perguntou se a obra que está feita está integralmente paga e se este projeto que agora é apresentado tem alguma coisa a ver com o Parque Desportivo da Cocanha? O investimento antes feito naquele local é para deitar fora?

Sobre este projeto gostava de saber o que vai ser feito no que respeita às infraestruturas de água e saneamento que ali existem.

Márcia Cristina de Jesus Teixeira do **PSD** – disse que de facto é imperiosos dotar a cidade de um complexo desportivo.

Optou-se por vocacionar este local para a prática de futebol de onze, privilegiando assim o desporto rei, admitindo-se a possibilidade de instalar outros equipamentos de cariz complementar, desde que relacionados com esta temática, eventualmente campos de ténis.

O que se pede a esta Assembleia é autorização para lançamento do concurso público, para constituição de um direito de superfície, até um prazo máximo de cinquenta anos, destinado à concessão, construção e exploração e manutenção de um Parque Desportivo. O direito de superfície consiste na faculdade de construir, de

forma permanente, ou temporariamente como é aqui o caso, uma obra num solo alheio. Neste caso o solo continuará a ser propriedade da Câmara Municipal. Este direito real de superfície vai ser constituído por contrato, conforme consta da proposta, estando previsto inicialmente, a celebração de contrato de promessa e quando estes terrenos passarem definitivamente para a Câmara Municipal, uma vez que estão integrados no Programa Polis, será feita a respetiva escritura pública.

Este Parque Desportivo de Santa Cruz abrangerá uma superfície de 24.905 m2, perfeitamente compatível com o quadro normativo previsto no Plano Diretor Municipal de Chaves. Integrará dois campos destinados à modalidade de futebol de onze, bancadas destinadas ao público e balneários/vestiários destinados aos praticantes, treinadores, monitores, árbitros e juízes.

A adjudicação deste direito de superfície deverá ter como critério a proposta economicamente mais vantajosa, respeitando os fatores de apreciação plasmados na proposta, unanimemente aprovada em reunião de câmara. No ato de constituição deste direito de superfície poder-se-á convencionar, a título de preço, que o superficiário pague uma única prestação, ou pague uma prestação anual, que neste caso terá de durar o número de anos da conceção deste direito de superfície e estas prestações, em qualquer uma destas modalidades são sempre feitas em dinheiro. Este direito de superfície poder-se-á extinguir se o superficiário não concluir a obra dentro do prazo que seja fixado no contrato, ou se não se fixar, dentro do prazo de dez anos. Extingue-se também pelo decurso do prazo máximo fixado, de cinquenta anos. Também poderá constar no contrato que este direito de superfície se extinga pela verificação de uma qualquer condição resolutiva, como por exemplo, se estiver sujeito ao arranjo das vias de acesso e tal não for cumprido.

Sendo este direito de superfície constituído por determinado tempo, o proprietário do solo, logo que expire o prazo, adquire a propriedade da obra. A constituição do direito de superfície a favor de agentes económicos privados não acarreta quaisquer encargos financeiros para o município, pelo contrário. Levará à rentabilização do património municipal de uma área que se encontra subaproveitada, com enorme benefício para a cidade e para a sua população, incentivando e dando melhores condições à prática do desporto, caso se consiga atrair equipas de fora para jogar e treinar neste complexo desportivo.

Pelas razões exposta o Grupo Municipal do PSD votará favoravelmente esta proposta.

O Senhor Presidente da Câmara disse que o Parque Multiusos construído em Santa Cruz, inicialmente destinado a Parque de Exposições e Feiras, foi um fracasso. O projeto fazia parte do Programa Polis e não foi alterado.

O nível de destruição das infraestruturas, com esta alteração não é significativo porque vai projetar-se fundamentalmente na zona que está de terreiro, apanhando também alguma área pavimentada. O arruamento que separa o espaço público, do espaço militar mantêm-se e não fica sujeito ao direito de superfície, assim como o parque de estacionamento existente ao fundo, o espaço compreendido entre o arruamento e a linha de água e toda a área verde. Há alguma pavimentação que vai ser destruída mas recuperamos o material para o aplicar noutro local.

Posta à votação esta Proposta foi aprovada com 74 votos a favor e 1 abstenção e zero votos contra. Aprovada em forma de minuta para seguimento imediato. ----------

PONTO 13 - APROVAÇÃO DA MATRIZ DE CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETENCIAS A CELEBRAR ENTRE MUNICIPIO DE CHAVES E A FREGUESIA DE CURALHA – PROPOSTA 116/GAP/15;

O Senhor Presidente da Câmara fez a apresentação da Proposta**.**

Posta à votação esta Proposta foi aprovada por unanimidade. Aprovada em forma de minuta para seguimento imediato. ----------

PONTO 14 - APROVAÇÃO DE MATRIZ DE CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE CHAVES E A FREGUESIA DE MADALENA E SAMAIÕES. PROPOSTA N.º 129/GAP/2015.

Não houve intervenções:

Posta à votação esta Proposta foi aprovada por unanimidade. Aprovada em forma de minuta para seguimento imediato. ----------

PONTO 15 – CERTIDÃO DE REABILITAÇÃO PARA EFEITOS DE ISENÇÃO DO IMI AO ABRIGO DO Art.º 71 DO EBF - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE SALVAGUARDA DO CENTRO HISTÓRICO, DO ENG.º PAULO JORGE BRANCO, DE 18.09.2015.

Intervenções:

Nuno Vaz Ribeiro do **PS** – disse que esta forma de agendar as Assembleias Municipais a partir das catorze horas leva a que as questões não sejam devidamente discutidas. Uma agenda com esta dimensão, com assuntos relevantes, não é minimamente defensável que se esteja a agregar tudo para ser discutido em bloco. Isso não dá dignidade a esta Assembleia Municipal.

Presumo que marcar as sessões para as catorze horas é apenas para não pagar a ajuda de custo. Nós vamos requerer as ajudas de custo relativamente às Assembleias Municipais que decorram no período da hora do almoço e da do jantar.

Posta à votação esta Proposta foi aprovada por unanimidade. Aprovada em forma de minuta para seguimento imediato. ----------

PONTO 16 – CERTIDÃO DE REABILITAÇÃO PARA EFEITOS DE ISENÇÃO DE IMT AO ABRIGO DE ARTº 45º DO EBF – REQUERENTE: ALBINO FONTOURA DA CUNHA – PROCESSO 200/14 – REQUERIMENTO 1682/15 - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE SALVAGUARDA DO CENTRO HISTÓRICO, DE 03.11.2015;

Posta à votação esta Proposta foi aprovada por unanimidade. Aprovada em forma de minuta para seguimento imediato. ----------

PONTO 17 - CERTIDÃO DE REABILITAÇÃO PARA EFEITOS DE ISENÇÃO DE IMT AO ABRIGO DE ARTº 45º DO EBF- REQUERENTE: RUI JORGE DE OLIVEIRA SARMENTO – PROCESSO 356/11 – REQUERIMENTO 627/15 - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE SALVAGUARDA DO CENTRO HISTÓRICO, DE 17.11.2015;

Posta à votação esta Proposta foi aprovada por unanimidade. Aprovada em forma de minuta para seguimento imediato. ----------

PONTO 18 - CERTIDÃO DE REABILITAÇÃO PARA EFEITOS DE ISENÇÃO DO IMI E IRS AO ABRIGO DE ARTº 71º DO EBF – REQUERENTE: RUI JORGE DE OLIVEIRA SARMENTO – PROCESSO 356/11 – REQUERIMENTO 628/15 - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE SALVAGUARDA DO CENTRO HISTÓRICO, DE 20.11.2015;

Posta à votação esta Proposta foi aprovada por unanimidade. Aprovada em forma de minuta para seguimento imediato. ----------

PONTO 19 - PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁCTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCECIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO. REQUERENTE: ROSALINA CONCEIÇÃO ALVES. MORADA: ESTRADA DAS ANTAS – LUGAR DO RONCAL N.º 35 | OUTEIRO SECO - 5400-673 OUTEIRO SECO - PROCESSO N.º 702/15 | REQUERIMENTO N.º 1812/15. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 88/DSC/2015;

O Senhor Presidente da Mesa propôs que os pontos 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27,28,29,30,31,32,33,34,35,36,37,38,39,40,41,42,43,44,45,46,47,48 e 49 fossem discutidos em bloco dado que o seu conteúdo é da mesma natureza, fazendo a votação individualmente. A Assembleia aceitou votar estes pontos na globalidade.

O Senhor Presidente da Câmara disse que esta situação é extraordinária porque estamos perante uma situação também extraordinária de regularização de atividades económicas. É evidente que perante isto a Mesa poderia ter convocado a Assembleia para as nove horas da manhã. Sabemos que isso em termos profissionais/familiares prejudica alguns membros do Órgão. É realmente uma situação extraordinária e em futuras sessões não se perspetiva que haja um conjunto tão extenso de assuntos.

O prazo que permite estes pedidos termina no dia 2 de janeiro de 2016 e eu espero que o atual governo alargue esse prazo porque houve pessoas que não se aperceberam atempadamente desta possibilidade e estão o meter os processos na Autarquia, neste momento.

Intervenções

Nuno Vaz Ribeiro do **PS –** perguntou se o Gabinete para a Promoção do Investimento deu nota pública desta situação. Se à semelhança do que se fez noutros concelhos, os agricultores do concelho de Chaves tiveram conhecimento através de outros canais que não apenas o Diário da República, deste diploma que permitiu regularizar extraordinariamente as explorações pecuárias. Se o GPI disponibilizou essa informação porque é muito relevante. É o setor agrícola e pecuário que estão em causa e gostava de saber se esse trabalho foi feito, ou não.

O Senhor Presidente da Câmara respondeu ao Senhor deputado que tudo isso foi feito.

Posta à votação esta Proposta foi aprovada por unanimidade. Aprovada em forma de minuta para seguimento imediato. ----------

PONTO 20 - PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO

MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁCTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCECIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO. REQUERENTE: ANSELMO MOSQUEIRA BISPO. MORADA: RUA DO OUTEIRO N.º 4 | AMOINHA VELHA-5400-647 NOGUEIRA DA MONTANHA - PROCESSO N.º /15 | REQUERIMENTO N.º 1759/15. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 89/DSC/2015.

Não houve intervenções

Posta à votação esta Proposta foi aprovada por unanimidade. Aprovada em forma de minuta para seguimento imediato. ----------

PONTO 21 - PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁCTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCECIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO. REQUERENTE: DIOGO DA SILVA BARREIRA. MORADA: LUGAR DA LAMEIRA| MAÇOS. 5400-651 NOGUEIRA DA MONTANHA. PROCESSO N.º 722/15/ REQUERIMENTO N.º 1809/15. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 90/DSC/2015;

Não houve intervenções

Posta à votação esta Proposta foi aprovada por unanimidade. Aprovada em forma de minuta para seguimento imediato. ----------

PONTO 22 - PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁCTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCECIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO. REQUERENTE: MARIA MACHADO LISBOA GONÇALVES. MORADA: RUA DOS GATOS N.º 5 | SAMAIÕES. 5400-574 UNIÃO DAS FREGUESIAS DA MADALENA E SAMAIÕES. PROCESSO N.º 727/15 | REQUERIMENTO N.º 1821/15. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 91/DSC/2015.

Não houve intervenções

Posta à votação esta Proposta foi aprovada por unanimidade. Aprovada em forma de minuta para seguimento imediato. ----------

PONTO 23 - PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁCTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCECIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO. REQUERENTE: ALBERTINA MARIA TEIXEIRA FERREIRA. MORADA: ESTRADA DA BARRAGEM N.º 6 | NOGUEIRINHAS. 5400-745 SANTO ANTÓNIO DE MONFORTE. PROCESSO N.º 729/15 | REQUERIMENTO N.º 1823/15. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 92/DSC/2015.

Não houve intervenções

Posta à votação esta Proposta foi aprovada por unanimidade. Aprovada em forma de minuta para seguimento imediato. ----------

PONTO 24 - PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁCTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCECIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO. REQUERENTE: ALEXANDRE GOMES FERNANDES CHAVES. MORADA: LARGO S. DOS AFLITOS N.º 6 | CASA DE MONFORTE. 5400-604 ÁGUAS FRIAS. PROCESSO N.º 730/15 | REQUERIMENTO N.º 1816/15. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 93/DSC/ 2015;

Não houve intervenções

Posta à votação esta Proposta foi aprovada por unanimidade. Aprovada em forma de minuta para seguimento imediato. ----------

PONTO 25 - PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁCTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCECIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO. REQUERENTE: MARIA DE FÁTIMA MACHADO DOS SANTOS SILVA. MORADA: RUA ALTO DA FONTE N.º 10 | VILA FRADE. 5400-637 LAMADARCOS. PROCESSO N.º 731/15 | REQUERIMENTO N.º 1827/15.INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 94/DSC/2015;

Não houve intervenções

Posta à votação esta Proposta foi aprovada por unanimidade. Aprovada em forma de minuta para seguimento imediato. ----------

PONTO 26 - PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁCTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCECIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO. REQUERENTE: AMÉRICO DIAS DE SOUSA. MORADA: RUA COMENDADOR BRANHA FONTOURA N.º 56 | ANELHE. 5400-011 ANELHE. PROCESSO N.º 733/15 | REQUERIMENTO N.º 1829/15. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 95/DSC/2015;

Não houve intervenções

Posta à votação esta Proposta foi aprovada por unanimidade. Aprovada em forma de minuta para seguimento imediato. ----------

PONTO 27 - PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁCTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCECIONAL

DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO. REQUERENTE: JORGE TEIXEIRA LAMEIRAS. MORADA: RUA CENTRAL N.º 6 | SANDOMIL. 5400-653 NOGUEIRA DA MONTANHA. PROCESSO N.º 734/15 | REQUERIMENTO N.º 1830/15. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 96/DSC/2015;

Não houve intervenções

Posta à votação esta Proposta foi aprovada por unanimidade. Aprovada em forma de minuta para seguimento imediato. ----------

PONTO 28 - PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁCTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCECIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO. REQUERENTE: EUFRÁSIA BARROSO BARRIGAS ALMEIDA. MORADA: ESTRADA NACIONAL 311 N.º 12 | SOUTO VELHO. 5400-013 ANELHE. PROCESSO N.º 736/15 | REQUERIMENTO N.º 1833/15. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 97/DSC/2015;

Não houve intervenções

Posta à votação esta Proposta foi aprovada por unanimidade. Aprovada em forma de minuta para seguimento imediato. ----------

PONTO 29 - PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁCTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCECIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO. REQUERENTE: LEONILDE RODRIGUES DOS SANTOS. MORADA: RUA PRINCIPAL N.º 8 | ORJAIS. 5400-772 S. VICENTE DA RAIA. PROCESSO N.º 737/15 | REQUERIMENTO N.º 1835/15. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 98/DSC/2015;

Não houve intervenções

Posta à votação esta Proposta foi aprovada por unanimidade. Aprovada em forma de minuta para seguimento imediato. ----------

PONTO 30 - PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁCTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCECIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO. REQUERENTE: ROGÉRIO FERNANDES VALPAÇOS. MORADA: BAIRRO DO CASTELO | MAÇOS. 5400-651 NOGUEIRA DA MONTANHA. PROCESSO N.º 738/15 | REQUERIMENTO N.º 1837/15. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 99/DSC/2015;

Não houve intervenções

Posta à votação esta Proposta foi aprovada por unanimidade. Aprovada em forma de minuta para seguimento imediato. ----------

PONTO 31 - PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁCTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCECIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO. REQUERENTE: AUGUSTA DA CONCEIÇÃO LAGE TAVEIRA FERNANDES. MORADA: RUA 15 DE MAIO N.º 10 | CAPELUDOS. 5400-648 NOGUEIRA DA MONTANHA. PROCESSO N.º 762/15 | REQUERIMENTO N.º 1875/15.INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 100/DSC/2015;

Não houve intervenções

Posta à votação esta Proposta foi aprovada por unanimidade. Aprovada em forma de minuta para seguimento imediato. ----------

PONTO 32 - PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁCTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCECIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO. REQUERENTE: CÂNDIDO PIRES MORGADO. MORADA: RUA DE CIMA N.º 4 | MAÇOS. 5400-651 NOGUEIRA DA MONTANHA. PROCESSO N.º 739/15 | REQUERIMENTO N.º 1841/15. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 101/DSC/2015;

Não houve intervenções

Posta à votação esta Proposta foi aprovada por unanimidade. Aprovada em forma de minuta para seguimento imediato. ----------

PONTO 33 - PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁCTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCECIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO. REQUERENTE: MARIA VITÓRIA DE JESUS CALHEIAS MACHADO. MORADA: RUA DIREITA N.º 32 | VENTUZELOS. 5400-763 S. PEDRO DE AGOSTÉM. PROCESSO N.º 740/15 | REQUERIMENTO N.º 1842/15. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 102/2015;

Não houve intervenções

Posta à votação esta Proposta foi aprovada por unanimidade. Aprovada em forma de minuta para seguimento imediato. ----------

PONTO 34 - PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁCTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCECIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI

N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO. REQUERENTE: CARMELINA LOPES MORAIS GONÇALVES. MORADA: TRAVESSA DA RUA DO SOL N.º 35 | CIMO DE VILA DA CASTANHEIRA. 5400-616 CIMO DE VILA DA CASTANHEIRA. PROCESSO N.º 741/15 | REQUERIMENTO N.º 1845/15. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 103/DSC/2015;
Não houve intervenções
Posta à votação esta Proposta foi aprovada por unanimidade. Aprovada em forma de minuta para seguimento imediato. ----------

PONTO 35 - PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁCTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCECIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO. REQUERENTE: ERMELINDA ROSA FRADE TEIXEIRA PINTO. MORADA: RUA DO SOL N.º 2 | CAPELUDOS DA MONTANHA. 5400-648 NOGUEIRA DA MONTANHA. PROCESSO N.º 742/15 | REQUERIMENTO N.º 1846/15. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 104/DSC/2015;
Não houve intervenções
Posta à votação esta Proposta foi aprovada por unanimidade. Aprovada em forma de minuta para seguimento imediato. ----------

PONTO 36 - PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁCTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCECIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO. REQUERENTE: GOMESINDO ALEXANDRE FERNANDES CHAVES. MORADA: LARGO SR. DOS AFLITOS| CASAS DE MONFORTE. 5400-604 ÁGUAS FRIAS. PROCESSO N.º 748/15 | REQUERIMENTO N.º 1853/15. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 105/DSC/2015;
Não houve intervenções
Posta à votação esta Proposta foi aprovada por unanimidade. Aprovada em forma de minuta para seguimento imediato. ----------

PONTO 37 - PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁCTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCECIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO. REQUERENTE: MARIA CLARA SALA SIMÕES CHAVES FERNANDES. MORADA: TRAVESSA DO BONFIM N.º 22 | VIV. AMEAL. 5400-745 STO ANTÓNIO DE MONFORTE. PROCESSO N.º 750/15 | REQUERIMENTO N.º 1855/15. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 106/DSC/2015;
Não houve intervenções
Posta à votação esta Proposta foi aprovada por unanimidade. Aprovada em forma de minuta para seguimento imediato. ----------

PONTO 38 - PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁCTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCECIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO. REQUERENTE: CÂNDIDO FERNANDES VALPAÇOS. MORADA: RUA DA IGREJA N.º 2 | ASSUREIRAS DO MEIO. 5400-602 ÁGUAS FRIAS. PROCESSO N.º 751/15 | REQUERIMENTO N.º 1857/15. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 107/DSC/2015;

Não houve intervenções

Posta à votação esta Proposta foi aprovada por unanimidade. Aprovada em forma de minuta para seguimento imediato. ----------

PONTO 39 - PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁCTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCECIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO. REQUERENTE: FLAVILEITE - SOCIEDADE UNIPESSOAL LDA. RUA 25 DE ABRIL N.º 1 | S. LOURENÇO. 5400-624 UNIÃO DAS FREGUESIAS DE EIRAS, S. JULIÃO DE MONTENEGRO E CELA. PROCESSO N.º 752/15 | REQUERIMENTO N.º 1861/15. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 108/DSC/2015;

Não houve intervenções

Posta à votação esta Proposta foi aprovada por unanimidade. Aprovada em forma de minuta para seguimento imediato. ----------

PONTO 40 - PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁCTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCECIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO. REQUERENTE: PAULA CRISTIANA FONTES MELO RUA. MORADA: RUA DOS CAMPELOS N.º 6. 5400-750 STO ESTEVÃO. PROCESSO N.º 749/15.| REQUERIMENTO N.º 1854/15. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 109/2015;

Não houve intervenções

Posta à votação esta Proposta foi aprovada por unanimidade. Aprovada em forma de minuta para seguimento imediato. ----------

PONTO 41 - PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁCTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCECIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO. REQUERENTE: CARLOS NUNO CAPELA. MORADA: AVENIDA DE STO AMARO, ED. PARQUE DOS PRÍNCIPES, BL B 1.º

DTO. 5400-055 CHAVES. PROCESSO N.º 760/15 | REQUERIMENTO N.º 1869/15.INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 110/DSC/2015;
Não houve intervenções
Posta à votação esta Proposta foi aprovada por unanimidade. Aprovada em forma de minuta para seguimento imediato. ----------

PONTO 42 - PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁCTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCECIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO. REQUERENTE: BEATRIZ MORAIS PIRES PROCESSO N.º 378/15 | REQUERIMENTO N.º 1832/15. MORADA: RUA BUENOS AIRES | S. CORNÉLIO - 5400-797 CHAVES. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 114/DSC/2015;
Não houve intervenções
Posta à votação esta Proposta foi aprovada por unanimidade. Aprovada em forma de minuta para seguimento imediato. ----------

PONTO 43 - PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁCTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCECIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO. REQUERENTE: ANTÓNIO RODRIGUES LAMEIRAS. PROCESSO N.º 725/15 | REQUERIMENTO N.º 1818/15. MORADA: ESTRADA DOS PINHEIROS N.º 2 | CAPELUDOS. 5400-648 NOGUEIRA DA MONTANHA. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 115/DSC/2015;
Não houve intervenções
Posta à votação esta Proposta foi aprovada por unanimidade. Aprovada em forma de minuta para seguimento imediato. ----------

PONTO 44 - PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁCTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCECIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO. REQUERENTE: LEVI ORFÃO GONÇALVES. PROCESSO N.º 770/15 | REQUERIMENTO N.º 1891/15. MORADA: RUA 1.º DE MAIO N.º 12B. 5400-616 CIMO DE VILA DA CASTANHEIRA. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 116/DSC/2015;
Não houve intervenções
Posta à votação esta Proposta foi aprovada por unanimidade. Aprovada em forma de minuta para seguimento imediato. ----------

PONTO 45 - PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA

APLICAÇÃO, COM CARÁCTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCECIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO. REQUERENTE: MIGUEL ALVES PINTO. MORADA: RUA DE SANTIAGO N.º 34 | CASTELO DE EIRAS.5400-623 UNIÃO DAS FREGUESIAS DE EIRAS, S. JULIÃO E CELA. PROCESSO N.º 771/15 | REQUERIMENTO N.º 1892/DSC/15. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 117/DSC/2015;
Não houve intervenções
Posta à votação esta Proposta foi aprovada por unanimidade. Aprovada em forma de minuta para seguimento imediato. ----------

PONTO 46 - PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁCTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCECIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO. REQUERENTE: ANA PATRÍCIA NOBRE DA COSTA. MORADA: RUA DE ESPANHA N.º 2 | MAIROS. 5400-640 MAIROS. PROCESSO N.º 777/15 | REQUERIMENTO N.º 1899/15. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 118/DSC/2015;
Não houve intervenções
Posta à votação esta Proposta foi aprovada por unanimidade. ----------

PONTO 47 - PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁCTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCECIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO. REQUERENTE: JUSTINO GOMES DOS SANTOS. MORADA: ESTRADA PRINCIPAL N.º 8 | AMOINHA VELHA. 5400 – 647 NOGUEIRA DA MONTANHA. PROCESSO N.º 778/15 | REQUERIMENTO N.º 1900/15. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 119/DSC/2015;
Não houve intervenções
Posta à votação esta Proposta foi aprovada por unanimidade. Aprovada em forma de minuta para seguimento imediato. ----------

PONTO 48 - PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁCTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCECIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO. REQUERENTE: MIGUEL MARTINHO FERNANDES RODRIGUES. MORADA: RUA CENTRAL N.º 22 | REDONDELO. 5400-729 REDONDELO. PROCESSO N.º 779/15 | REQUERIMENTO N.º 1901/15. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 120/DSC/2015;
Não houve intervenções
Posta à votação esta Proposta foi aprovada por unanimidade. Aprovada em forma de minuta para seguimento imediato. ----------

PONTO 49 - PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁCTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCECIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO. REQUERENTE: ANA MARIA DOS SANTOS GRAÇA. MORADA: ESTRADA PINCIPAL N.º 8 | AVELELAS. 5400-601 AGUAS FRIAS. PROCESSO N.º 775/15 | REQUERIMENTO N.º 1896/15 - INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 121/DSC/2015;
Não houve intervenções
Posta à votação esta Proposta foi aprovada por unanimidade. Aprovada em forma de minuta para seguimento imediato. ----------

O Senhor Presidente da Mesa depois de esgotados os assuntos da respetiva agenda, e antes de encerrar os trabalhos desejou a todos os presentes uma Boas festas. Em seguida deu como encerrados os trabalhos da presente sessão, às vinte horas e quinze minutos, de que para constar foi lavrada a presente ata, que vai ser assinada pelo Senhor Presidente da Mesa e subscrita por mim, Maria das Graças Alves, que a redigi e também assino.

O Presidente, _____

A Funcionária _____